



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas – FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas – GPP

Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS  
PARA POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA.**

**Maria Clara Muniz Nogueira**

Brasília, DF

2025

Professora Doutora Rozana Reigota Naves  
**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Márcio Muniz de Faria  
**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Tiago Araújo Coelho de Souza  
**Decano de Ensino de Graduação**

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas**

Professora Doutora Mariana Guerra  
**Vice-Diretora da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas**

Professora Doutora Christiana Soares de Freitas  
**Chefe do Departamento de Gestão de Políticas Públicas**

Professora Doutora Sheila Cristina Tolentino Barbosa  
**Vice-Chefe do Departamento de Gestão de Políticas Públicas**

Professora Doutora Ana Paula Antunes Martins  
**Coordenador de Graduação do Curso de Gestão de Políticas Públicas**

MARIA CLARA MUNIZ NOGUEIRA

**ANÁLISE COMPARATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS  
PARA POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA:  
o contexto histórico como alicerce para ressaltar a cultura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Stephen Grant Baines.

Brasília, DF

2025

NOGUEIRA, Maria Clara Muniz.

Análise comparativa de Políticas Públicas diferenciadas para povos indígenas no Brasil, Nova Zelândia e Austrália: o contexto histórico como alicerce para ressaltar a cultura / Maria Clara Muniz Nogueira – Brasília, DF, 2025.

00 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Departamento de Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Stephen Grant Baines, Departamento de Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Xxx. 2. Xxx. 3. Xxx. I. Departamento de Gestão de Políticas Públicas. II. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. III. Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas – FACE  
Departamento de Gestão de Políticas Públicas – GPP  
Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas

MARIA CLARA MUNIZ NOGUEIRA

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS  
PARA POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Stephen Grant Baines – Orientador  
GPP/FACE/UnB

---

Prof. Dr. Rosana de Freitas Boullosa – Membro Interno  
GPP/FACE/UnB

---

Prof. Dr. Xxx Xxx Xxx – Membro Externo  
XXX

---

Prof. Dr. Camilo Negri– Suplente  
GPP/FACE/UnB

Brasília, DF, 21 de fevereiro de 2025.

Aos povos indígenas, pois suas lutas também serão nossas e suas conquistas serão comemoradas.

Resistiremos ao preconceito, ao racismo e à intolerância. Lutaremos pela democracia, por Políticas Públicas éticas e pela não repressão de poder. Seremos nós por todos nós.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos: minhas irmãs, minha prima, meus amigos, que me apoiaram ao iniciar a pesquisa, principalmente aos meus pais, que, desde pequena, incentivaram a mim e à minha irmã a ampliar o nosso conhecimento sobre as diversas culturas espalhadas pelo mundo e sempre acreditaram que seríamos capazes de realizar tudo o que fizéssemos com amor. Agradeço também pelas viagens realizadas, proporcionadas pela minha mãe e meu pai, nas quais pude despertar o interesse, a curiosidade e buscar mais conhecimentos e falar sobre esse tema de maneira sábia e leve, após as experiências vividas.

Agradeço aos meus professores do ensino médio, que foram essenciais para despertar o meu encanto e interesse pela história e pela política, principalmente, ao grande mestre, Paulo Macedo. Agradeço aos meus professores da Universidade de Brasília, que me orientaram e me deram a oportunidade de ler e estudar os melhores artigos e textos, além de garantirem o acesso à educação pública de qualidade.

Não posso deixar de agradecer a todas as comunidades que me receberam tão bem e tiveram a gentileza de me apresentar de maneira especial a cultura indígena. E, inclusive, agradeço a mim mesma, por não desistir de sonhar. Apesar dos desafios que, muitas vezes, nos impedem e fazem duvidar da nossa capacidade, consegui registrar e escrever minhas maiores conquistas ao relacionar conhecimento, viagens e, principalmente, ao permitir que a comunicação, o contato e as conversas com pessoas de outras culturas me inspirem a continuar sendo mais curiosa e instruída.

Por fim, agradeço a todos que participaram dessa minha jornada na escrita da monografia. Com todo o meu orgulho e prazer, muito obrigada a todos.

“Métodos estruturais e políticas públicas quando bem empregadas, determinam o equilíbrio na orla educacional de um país”.

**Erasmu Shallkytton**

## RESUMO

Ao realizar a análise exploratória de Políticas Públicas diferenciadas para povos indígenas do Brasil, Nova Zelândia e Austrália, observei o contexto histórico de cada país como linha de raciocínio, partindo de um olhar de fora para dentro das particularidades e diversidades dos indígenas. A luta pela posse do território, liderada pelos colonos europeus nos três Estados estudados, é retratada nesta pesquisa, que aborda as consequências do intervencionismo político e cultural, influenciando o crescimento do preconceito racial, a imposição do catecismo, o impedimento do reconhecimento das línguas indígenas faladas por diversas comunidades, além da repressão religiosa e artística que os povos indígenas sofreram por anos. Com o objetivo de relatar e exaltar as lutas, os movimentos e as conquistas dos povos indígenas diante de uma sociedade preconceituosa, a força e a resiliência das comunidades indígenas os trouxeram com olhares e ações destemidas em busca de seus direitos. Por isso, a importância da criação de Políticas Públicas que evidenciam a cultura indígena, como, por exemplo, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o *Hīkoi mā te Tiriti* e o *Referendum Council*, que trouxeram visibilidade diante de tantas insatisfações e humilhações sofridas pelos povos indígenas. Portanto, a pesquisa documental, de forma qualitativa e exploratória, me proporcionou estudar e conhecer mais a fundo as culturas indígenas brasileiras, mãoris e aborígenes, principalmente os processos de reconhecimento cultural nas áreas do artesanato e das variadas línguas indígenas faladas nesses três Estados.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Povos indígenas. Brasil. Nova Zelândia. Austrália.

## ABSTRACT

When carrying out an exploratory analysis of different Public Policies for indigenous peoples in Brazil, New Zealand and Australia, I observed the historical context of each country as a line of judgment, we start from an outside-in perspective on the particularities and diversities of indigenous people. The struggle for possession of the territory, led by European settlers in the three trained States, is portrayed in this research, which addresses the consequences of political and cultural interventionism, influencing the growth of racial prejudice, the imposition of the catechism, the impediment to the recognition of indigenous languages spoken by diverse communities, in addition to the religious and artistic repression that indigenous peoples have survived for years. With the aim of reporting and exalting the struggles, movements and achievements of indigenous peoples in the face of a prejudiced society, the strength and resilience of indigenous communities brought them with fearless views and actions in search of their rights. Therefore, the importance of creating Public Policies that highlight indigenous culture, such as, for example, the National Foundation of Indigenous Peoples, Hīkoi mō te Tiriti and the Referendum Council, which brought visibility in the face of so many dissatisfactions and humiliations suffered by indigenous peoples. Therefore, documentary research, in a qualitative and exploratory way, allowed me to study and learn more about Brazilian, Māori and aboriginal indigenous cultures, especially the processes of cultural recognition in the areas of crafts and the various indigenous languages spoken in these three States.

**Keywords:** Public Policies. Indigenous peoples. Brazil. New Zealand. Australia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATL	- Acampamento Terra Livre
APIB	- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CF	- Constituição Federal
CIMI	- Conselho Indígena Missionário
CN	- Congresso Nacional
Dr.	- Doutor
Dra.	- Doutora
FACE	- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNAI	- Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GPP	- Departamento de Gestão de Políticas Públicas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDIL	- Década Internacional das Línguas Indígenas
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC	- Ministério da Educação
MPI	- Ministério dos Povos Indígenas
NAC	- National Aboriginal Conference
NACC	- National Aboriginal Consultative Council
OIL	- Olimpíada Internacional de Linguística
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNGATI	- Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras
n°	- número
Prof.	- Professor
Profa.	- Professora
STF	- Supremo Tribunal Federal
SPILTN	- Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores
SEART	- Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
SENAF	- Selo Nacional da Agricultura Familiar
SPI	- Serviço de Proteção aos Índios

- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- TEE - Território Etnoeducacional
- UnB - Universidade de Brasília
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1 O ALICERCE DO PROCESSO HISTÓRICO COLONIAL ENRAIZADO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE E NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	17
<b>2.1.1 Contexto histórico dos Povos Indígenas .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.2 Políticas Públicas diferenciadas para os Povos Indígenas .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.3 A persistência pelo reconhecimento cultural indígena .....</b>	<b>28</b>
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....</b>	<b>29</b>
3.1 A FORMAÇÃO DAS IDEIAS E O SUPORTE DOCUMENTAL.....	29
3.2 O PROCESSO CULTURAL INDÍGENA NOS TRÊS ESTADOS .....	30
3.3 OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA .....	32
3.4 O CORPO PARA BASE DE PESQUISA .....	33
3.5 LEITURAS E ENTREVISTAS .....	34
<b>4 ANÁLISE DOCUMENTAL E COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>37</b>
4.1 EXPOSTOS À VULNERABILIDADE E À VIOLÊNCIA .....	37
4.2 DO COLONIALISMO AOS GOVERNOS ATUAIS IMPACTANDO NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS .....	38
4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL .....	39
4.4 RESULTADOS.....	40
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE A – FOTOS.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por volta de 22 anos atrás, eu era uma pequena criança de três anos, e uma das minhas programações favoritas era me sentar no sofá e assistir filmes. Entre eles, a fita cassete do filme *Tainá* era um dos meus preferidos, pois contava a história de uma pequena criança indígena que vivia na Amazônia, marcando assim o meu primeiro contato com a cultura indígena brasileira. Com o passar dos anos, à medida que fui me aprofundando nos estudos, a curiosidade sobre os povos indígenas foi se ampliando, especialmente durante o período escolar, quando “comemorava-se” o Dia do Índio. O verdadeiro interesse surgiu quando passei a acompanhar projetos voltados ao acesso e à melhoria da escolaridade em aldeias indígenas de difícil acesso, no Norte e Nordeste do Brasil. Essa experiência não só ampliou minha compreensão sobre a realidade dessas comunidades, como também me proporcionou a oportunidade de adquirir, em minhas viagens pelo Brasil, artesanatos feitos e desenhados pelos próprios indígenas de regiões como o Pará e a Bahia.

No ano de 2018, entrei para a Universidade de Brasília (UnB) para cursar Gestão de Políticas Públicas, curso escolhido após muitas dúvidas sobre o que mais me atraía para iniciar a vida acadêmica, com quais das minhas habilidades eu poderia trabalhar e, acima de tudo, se essa carreira me faria feliz. Assim, fui me identificando com o curso e com as matérias de cunho político-social. Posteriormente, em 2022, após a pandemia do novo Coronavírus, tive a oportunidade de realizar um sonho: fazer intercâmbio para a Austrália. Como eu já estava na reta final da graduação, pensei: “Por que não aproveitar minha viagem para realizar a pesquisa de TCC<sup>1</sup>?”. E assim foi feito. Aproveitei a proximidade entre os países e fui à Nova Zelândia, um lugar que me encantou e me possibilitou conhecer e aprender muito sobre sua rica cultura. O contato direto com a história, com os processos de reconhecimento e atuação indígena no cotidiano desses países, também foi um aprendizado cultural, me proporcionando analisar mais detalhadamente a presença e a luta dos povos indígenas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, refletindo sobre sua importância e seu impacto na sociedade de cada país.

Assim, essa pesquisa busca analisar a crescente valorização e o

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso.

reconhecimento histórico das culturas indígenas exercendo um impacto profundo na formulação e implementação de Políticas Públicas nos âmbitos cultural, socioeconômico e político em países como Brasil, Nova Zelândia e Austrália, através de pesquisas documentais e duas entrevistas sem roteiro, realizadas com povos indígenas brasileiros e descendentes de aborígenes. Assim, o propósito de observar as atuações governamentais, que envolvem a representação das comunidades indígenas na sociedade contemporânea, marcada por intensas transformações impulsionadas pelo capitalismo, e, especialmente, após a chegada dos colonizadores. A colonização gerou profundos contrastes entre os modos de vida tradicionais dos povos indígenas e as práticas impostas pelos novos donos das terras. A professora de política social, Franke Wilmer, em 1993, afirma que os indígenas são representações inacabadas da descolonização. Dessa forma, neste trabalho, se propõe observar os efeitos do enraizamento desse preconceito e racismo herdados da época colonial e como esses pensamentos implicam na de implementação das Políticas Públicas que fortaleçam as lutas dos povos indígenas, para reconhecer suas identidades culturais, promovendo a inclusão nas normativas governamentais e garantindo uma maior visibilidade para suas histórias.

O marco inicial da brutal tomada de territórios nos três países em questão — o Brasil, colonizado por Portugal, e a Austrália e Nova Zelândia, sob domínio britânico — teve um impacto drástico na continuação das práticas culturais dos povos indígenas. O colonialismo acarretou massacres em massa, o contato com doenças desconhecidas e a imposição de costumes europeus que transformaram profundamente os estilos de vida indígenas, desde vestimentas até a alimentação. Essa invasão não se limitou ao espaço físico, mas se estendeu às estruturas simbólicas, alterando consideravelmente a dinâmica cultural das comunidades indígenas (Baines, 2012).

A pesquisa tem como objetivo analisar amplamente o contexto histórico de cada uma dessas Nações e refletir sobre algumas manifestações políticas e públicas, de grande importância, que visam ampliar a participação indígena nos processos decisórios. Através de movimentos como as marchas, os indígenas não apenas reivindicam seus direitos, mas também lutam pelo reconhecimento e preservação de suas línguas e tradições culturais. As Políticas Públicas que serão apresentadas, têm como objetivo resgatar a memória de seus povos, respeitando suas práticas e assegurando sua representatividade cultural. Entre as formas de expressão cultural, destaca-se o artesanato indígena, que, por meio de cores, formas e materiais únicos,

narra histórias e aludia às identidades. As línguas indígenas, por sua vez, têm sido cada vez mais integradas aos meios de comunicação modernos, uma estratégia essencial para garantir sua continuidade em um mundo globalizado, onde muitas dessas línguas já desapareceram e as que ainda restam correm o mesmo risco.

O movimento Acampamento Terra Livre (ATL), é a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que ocorre desde 2004, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), criada em 2005, com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. Nesse contexto, os indígenas continuam a lutar contra os ataques aos seus direitos territoriais e à sua liberdade. De acordo com o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a população indígena no Brasil é de 1.693.535 pessoas, representando 0,83% da população total, sendo que mais da metade dessa população (51,2%) se encontra concentrada na Amazônia Legal (Brasil, 2023e).

A Nova Zelândia, um arquipélago no Pacífico, foi originalmente habitada pelos povos polinésios que deram origem aos māoris, cuja cultura desempenha um papel central na formação da identidade nacional atualmente. Desde a criação do Te Puni Kōkiri (Ministério do Desenvolvimento Māori), em 1992, como órgão principal para aconselhamento sobre Políticas Públicas direcionadas ao desenvolvimento do bem-estar māori, a comunidade indígena passou a ocupar um espaço crescente na sociedade neozelandesa. Representando 20% da população do país, os māoris conquistaram uma visibilidade significativa, reivindicando e consolidando direitos que, por muito tempo, lhes foram negados. Dessa forma, a cultura māori não apenas sobrevive, mas se tornou como símbolo de representatividade e memória histórica.

Na Austrália, um país relativamente novo no cenário das relações econômicas globais, a história dos povos indígenas, incluindo os aborígenes e os do Ilhéus do Estreito de Torres, é marcada por disputas identitárias intensas desde o início do processo colonial. Durante a colonização, a administração indireta das populações indígenas seguiu a teoria funcionalista, que se preocupava em entender a dinâmica social, mas sem reconhecer o impacto drástico feito de maneira violenta, do contato entre diferentes etnias (Baines, 1993).

A antropóloga Linda Smith (2004) destaca os aborígenes como uma

comunidade diversa, com especificidades, ou seja, há pequenos outros grupos, e, sobretudo, fala sobre o 's' simbolizar as diferenças entre os povos indígenas, que, por muito tempo, foi usado pelos colonizadores para designar essa mistura de povos.

Segundo o último censo australiano, de 2021, 983.700 pessoas, ou 3,8% da população do país, se identificam como indígenas, sendo aborígenes ou descendentes dos Ilhéus do Estreito de Torres (ABS, 2021).

O estudo sobre as culturas indígenas, ao longo do tempo, revelou um caminho desafiador. Desde o início da pesquisa, sabia que enfrentaria dificuldades para garantir informações sobre as vivências dos povos indígenas, imersos em suas realidades culturais profundas. No entanto, a análise se concretizou com o tempo, através de muitas conversas que revelaram múltiplos olhares sobre o tema, alguns carregados de muitos preconceitos. Questionamentos sobre a base desse olhar discriminatório, a diferença no tratamento e no reconhecimento dos direitos indígenas, e as dificuldades governamentais em oferecer suporte às minorias étnicas, se tornaram observações centrais nessa análise. À medida que ganhava conhecimento no estudo das culturas indígenas, portas se abriram para um entendimento mais claro, permitindo-me alinhar minhas dúvidas e superar a ignorância cultural, oferecendo-me a oportunidade de desenvolver um olhar mais humano e sensível.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O ALICERCE DO PROCESSO HISTÓRICO COLONIAL ENRAIZADO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE E NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **2.1.1 Contexto histórico dos Povos Indígenas**

Ao discutir os movimentos culturais indígenas e sua contínua luta por reconhecimento e direitos, é essencial compreender o legado e a presença dos povos indígenas no contexto atual. De acordo com pesquisas recentes (Baines, 2018), observa-se um esforço crescente da participação indígena em movimentos políticos, adentrando as sociedades nacionais através de ferramentas para efetivar os direitos dos povos. Isso vem acontecendo pelo menos nos últimos vinte anos, tornando as manifestações mais sofisticadas e globalizadas, ou seja, a crescente participação dos povos indígenas em atos públicos, de reivindicação dos seus direitos. Os movimentos, caracterizado por passeatas, protestos e exposições culturais, refletem algumas das formas de resistência às sociedades racistas e preconceituosas. O uso dessas ferramentas se tornou crucial para perpetuar a luta por direitos, dar visibilidade à cultura indígena e garantir o acesso das comunidades à sua dignidade e à preservação de seus costumes e tradições.

Para começar, o primeiro Estado a ser analisado é o Brasil, que, após 1500, com a chegada dos portugueses, ao avistar o Monte Pascoal, localizado no que hoje é o estado da Bahia, percebeu-se um vasto território rico em água, flora e fauna, além da presença dos “índios”, assim chamados pelos colonizadores de forma vulgar e desrespeitosa. Assim, logo tudo seria explorado e o território nomeado como colônia de Portugal. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 20 de junho de 1910, durante o governo de Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 8.072 (Brasil, 1910), foi uma das primeiras Políticas Públicas criadas para atender aos povos indígenas, visando à proteção e à integração das comunidades minoritárias. Atualmente, o Brasil sedia um dos maiores movimentos indígenas do mundo, coordenado pela APIB – o ATL é a maior mobilização indígena brasileira. O 20º Encontro ocorreu em abril de 2024, em Brasília, com a presença de mais de 300 povos indígenas de todas as regiões do país,

localizados no centro da capital, reivindicando seus direitos e lutando pelo fim do racismo e preconceito aos povos indígenas (ATL 2024: [...], 2023).

Neste último ATL (2024), os povos indígenas celebram a derrubada do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) e a anulação da Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023 (Brasil, 2023e) pelo Congresso Nacional (CN), legalizando a tese de crise realizada contra os indígenas no ano de 2023. Mas também, a insatisfação ainda permanece nas comunidades indígenas com a falta de Políticas Públicas que protejam seus povos, o difícil acesso à educação, para alfabetizar a população indígena, inclusive a falta de incentivos e promoção da riqueza da cultura nativa. “Lutamos pela terra, porque é nela que cultivamos nossas culturas, nossa organização social, nossas línguas, costumes e tradições. E, principalmente, está na terra o nosso direito de permanecer indígenas.” Esse foi o lema principal do último encontro para manter a motivação de persistirem em busca dos seus direitos (Retrospectiva 2024 [...], 2024).

No ano de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez uma declaração sobre os direitos dos povos indígenas, reconhecendo como direitos básicos aos povos, o acesso à terra, educação, saúde, cultura e a preservação de suas instituições e tradições. Esse direito foi violado há mais de 500 anos, mas ainda persiste o racismo trazido pelos colonizadores, de que os indígenas não tinham capacidade de gerir e cultivar seus valores, como cidadãos. Felizmente, o ATL veio para manifestar as defesas dos direitos dos povos indígenas, pelas articulações estratégicas e as mobilizações realizadas pela união das lutas dos mais de 300 povos com línguas e costumes diversificados. Percebe-se que, inicialmente, as poucas Políticas Públicas criadas para proteção e valorização cultural dos povos indígenas, se tornaram fonte de impulso para que eles começassem a lutar por seus direitos, enfrentando os medos e as consequências das quais eles já esperavam, mas precisavam resistir para impor sua dignidade e direito como cidadão. E a utilização da arte se fez presente no 20º encontro, com a representação da “Cobra do Tempo”, obra do artista indígena Denilson Baniwa, como símbolo de serpentear o tempo e o caminho sinuoso do rio da luta.

Além de ser um movimento de mobilização política, o ATL também celebra a diversidade cultural dos povos indígenas, através de suas danças, trajes, acessórios e pinturas corporais. Portanto, o movimento visa, cada vez mais, visibilizar as culturas indígenas no cenário nacional e internacional, destacando a importância de respeitar e valorizar essas tradições como parte essencial da identidade brasileira. Pois, o

Estado brasileiro e outras Nações estão diretamente de olho nas comunidades indígenas como foco político mundial, e principalmente, por eles escolherem o local de maiores discussões políticas do Brasil, a capital Brasília, para visibilizar suas lutas e direitos como cidadãos.

Por outro lado, a Nova Zelândia, com sua crescente valorização da cultura māori, chama a atenção pelo esforço em representar e reconhecer a identidade indígena no cotidiano do país. Vale lembrar que após a chegada do Capitão Cook, em 1769, o território onde até então residiam apenas os indígenas, passou a ter novos moradores, os britânicos. Passados alguns anos, em 6 de fevereiro de 1840 foi promulgado o Tratado de Waitangi, que foi assinado em Waitangi, no Norte do território, o qual foi acordado entre a Coroa Britânica e os mais de 500 chefes representantes dos povos māoris. Há duas versões de tratado, uma em inglês e a outra em māori, o que acaba provocando choques interpretativos após a tradução para a língua maori (New Zealand's [...], 2024). Portanto, de forma geral o Tratado de Waitangi surge para conceder os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, em que ambas as partes possam governar respeitando e tendo seus direitos protegidos, e que ao longo dos anos foram se aperfeiçoando e ganhando cada vez mais espaço, representatividade e poder para exigirem seus anseios como cidadãos neozelandeses.

Percebe-se que a população indígena diminuiu bruscamente durante o período colonial, variando de 125.000-135.000 para 80.000-90.000, isso por conta das doenças introduzidas, às quais os māoris não tinham imunidade, além do acesso às armas de fogo, causando conflitos e mortes (Lopes, 2014). O capitalismo industrial, em crescimento na Nova Zelândia, foi o principal instrumento de inclusão dos indígenas na "nova" sociedade, visto que estava sendo demandada mão de obra, e principalmente uso da força de trabalho.

Com a criação do Te Puni Kōkiri, Ministério do Desenvolvimento Māori, em 1992, este se tornou o principal conselheiro de políticas de governo sobre bem-estar e desenvolvimento māori, apoiando as comunidades da Nova Zelândia por meio de iniciativas, as quais reconhecem o seu valor cultural, protegem a história indígena e luta pelos seus direitos como cidadãos. Assim, a identidade do país é sustentada por uma cultura indígena dinâmica e exclusiva, ou seja, é a característica mais forte e que representa o país desde então, por isso, a cultura indígena nas ilhas conquistou espaço e visibilidade.

A cultura māori, desde o seu devido reconhecimento como verdadeira identidade da Nova Zelândia, agregou positivamente no turismo, principalmente na valorização cultural, na produção de lembranças, como chaveiros, bolsas e itens que remetem à comunidade māori, além de estruturas artísticas pelas cidades, iniciando na porta de entrada ao país, nos aeroportos, ao longo de todo o território neozelandês. Um país, relativamente pequeno, mas com um histórico cultural enorme e que avança por todo continente, trabalhando com Políticas Públicas para proteção dos direitos e aos povos indígenas, para que retratem sua história, mas não mais através do olhar britânico, mas agora a partir dos próprios neozelandeses e māori.

Para iniciar, o contexto histórico indígena australiano, mais conhecido como povos aborígenes, primeiro deve-se lembrar que a Grã-Bretanha iniciou o seu processo de colonização da Austrália em 1788, essa qual também possuía territórios ultramarinos até nos anos de 1973, na Papua-Nova Guiné, portanto foram colonizados. Assim, a Austrália sempre foi um espelho dos "países centrais", com dominância europeia nas questões culturais, linguísticas e políticas. Em 1901 houve a junção das seis colônias britânicas em território australiano para se tornarem uma só comunidade chamada Austrália. Por fim, com o Australia Act 1986, lei que rompeu o laço entre Grã-Bretanha e Austrália, assim colocando fim a qualquer papel britânico diante o governo dos estados australianos. Relembrando que o aborígene era visto como um ser exótico e que difere dos costumes europeus que os australianos idealizaram. Sobre a questão, Beckett (1988) explica lembrando que até o final da década de 1960, os historiadores australianos omitiram os aborígenes da história da Austrália, pois estavam preocupados com a história da transformação da colônia em um Estado-Nação anglófono.

Vivendo na Austrália por mais de dois anos, pude presenciar os efeitos do multiculturalismo, bastante estudado e discutido pela antropóloga Elizabeth A. Povinelli (2002), principalmente na cidade de Sydney, onde há uma proliferação de diversidades identitárias sociais, e, como, essa mistura cultural emerge nas vizinhanças e nas sociedades indígenas atuais. A antropóloga explica que mesmo com a ascendência liberal no país, e em particular, o multiculturalismo presente, os povos aborígenes ainda despertam a repugnância e a insensibilidade da oposição, perante suas práticas e suas tradições, assim, os aborígenes não são devidamente acolhidos por essa diversidade. Portanto, tive algumas experiências que me fizeram analisar os dois lados da população: aquela que vive no centro e relata a descendência aborígene e aquela que vive no centro, carregada de costumes

européus, e que discorre sobre os povos aborígenes de maneira marginalizada (Baines, 2013). Entre a grande maioria dos australianos, ainda persiste a visão racista e discriminatória com os povos aborígenes.

A antropóloga Sally Weaver (1984) destaca que, na Austrália, o preconceito de cor e a noção de "raça" foram critérios básicos usados historicamente para definir a aboriginalidade, os aborígenes sendo definidos como os "*blacks*" ("negros").

### **2.1.2 Políticas Públicas diferenciadas para os Povos Indígenas**

Para compreender o processo das Políticas Públicas diferenciadas para os Povos Indígenas, é fundamental, primeiramente, entender o que é a Política Pública. O conceito geralmente está associado a entidades governamentais, mas a Política Pública também pode ser abordada pela sociedade como uma ação que busca respostas e atitudes do governo. O papel de uma Política Pública é atender a um público-alvo ou coletivo, com o objetivo de garantir bem-estar, melhorias e o acesso aos direitos enquanto cidadãos.

A análise sequencial, ou ciclo de Políticas Públicas, como optar, é amplamente utilizada para estudos analíticos, visto que é feita por meio da separação de etapas. Assim, a fase de implementação das Políticas Públicas é realizada com foco nas necessidades de desenvolvimento e melhorias nos processos político administrativos, além de ser projetada para entender profundamente problemas sociotécnicos. Portanto, o ciclo das Políticas Públicas envolve a constante avaliação e reavaliação das políticas, com o objetivo de identificar o sucesso ou fracasso das implementações. O fracasso de uma Política Pública pode, muitas vezes, ser atribuído a falhas de comunicação, que impedem que as informações cheguem corretamente aos envolvidos, quando não há diálogo com os beneficiários da política, o que pode ser explicado pela teoria top-down ou desenho prospectivo. Esse, a meu ver, é um dos principais problemas enfrentados pela má gestão de uma política (Lima; D'Ascenzi, 2013).

Entende-se a implementação de Políticas Públicas como um processo de apropriação de ideias, como consequência da interação entre a intenção, formulada no plano, junto aos elementos dos contextos locais de ação. O que se justifica à interpretação normativa de uma Política Pública, ou seja, como ela é entendida e

aplicada na prática, pois é fortemente influenciada pelas ideias do ciclo de atores políticos envolvidos e de suas condições materiais.

Para iniciar, este projeto propõe como primeiro ponto de discussão a luta cultural artística dos povos indígenas, com ênfase na produção extrativista e no artesanato. No dia 5 de janeiro de 2024, foi publicada a Portaria Interministerial (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; Ministério dos Povos Indígenas – MPI; Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI) nº 1, de 4 de janeiro de 2024 (Brasil, 2024b), que institui o Selo Indígenas do Brasil, com o objetivo de identificar produtos de origem étnica produzidos por povos indígenas em todo o território nacional. Essa iniciativa foi fruto de um esforço conjunto entre as pastas Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Povos Indígenas e FUNAI, com a participação do Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), instituído pela Portaria MDA nº 37, de 17 de novembro de 2023 (Brasil, 2023a).

O artesanato, para os povos indígenas, não é apenas uma prática de produção; ele é uma verdadeira expressão de cultura, identidade, e sabedoria ancestral. Através de suas peças, os indígenas compartilham suas histórias, costumes e habilidades com o mundo. O Selo Indígenas do Brasil, se trata de uma Política Pública de importância singular, pois valoriza e reconhece o trabalho dos povos indígenas, além de incentivar o consumo sustentável, contribuir para a geração de renda e o desenvolvimento das comunidades. É possível observar a capacidade do artesanato indígena de aproximar os brasileiros da sua cultura, promovendo um resgate das raízes que constituem a identidade do país. Como destaca Edmilson Cerqueira, Secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do MDA:

“O Selo Indígenas do Brasil está previsto em um dos eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O MDA, o MPI e a Funai, por meio da recriação do Selo Indígenas do Brasil busca identificar a origem étnica e territorial dos produtos dos povos e comunidades indígenas, contribuindo com o processo de inclusão produtiva e com o fortalecimento do Etnodesenvolvimento”, [...] (Brasil, 2024a).

O segundo ponto a ser abordado refere-se às Políticas Públicas voltadas para a inclusão da diversidade linguística das comunidades indígenas brasileiras, que possuem 274 idiomas variados em seu vasto território. O MPI e diversas associações indígenas têm se empenhado em combater a desigualdade linguística, ampliando o conhecimento da população brasileira sobre essa riqueza cultural (Brasil, 2024c).

Em 2023, foi lançada a primeira Política Pública que traduz oficialmente a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) para a língua indígena Nheengatu, também conhecida como Tupi, em um esforço de tornar os direitos constitucionais acessíveis aos povos indígenas.

A ministra Sonia Guajajara, do MPI, destacou a importância da preservação das línguas indígenas, afirmando:

Estamos na Década das Línguas Indígenas e o Ministério dos povos indígenas está empenhado em fortalecer esta discussão para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil e assim evitar a extinção de algumas que estão ameaçadas devido a ter poucos falantes. A escrita da Constituição Federal em Nheengatu é fundamental pois além de valorizar as línguas indígenas, garante aos povos o acesso ao conhecimento sobre seus direitos constitucionais. Uma importante iniciativa que vamos reproduzir para outras línguas e mais povos (Brasil, 2023b).

Em 28 de julho de 2024, o MPI promoveu a Política Pública de encontro com os selecionados pela XXI Olimpíada Internacional de Linguística (OIL), que reuniu estudantes de trinta e nove países, que foram selecionados através dos resultados obtidos pelas Olimpíadas Nacionais de Linguística de cada país representado (Brasil, 2024d). A programação incluiu oficinas de linguagens, reunindo participantes para refletir sobre as línguas indígenas e suas relações com a cultura e o território. Segundo Altaci Kokama, coordenadora-geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do MPI:

“A língua espírito é a falada pelos povos indígenas do Brasil. Ela é repassada pelos ancestrais aos indígenas e está no barulho do vento, no estalar dos galhos das árvores, no som das cachoeiras, dos rios, no canto dos pássaros. Esses sons são vistos dentro das línguas porque ela é, em si, um espírito e por isso não morre. Está sempre à disposição para que, quando ela adormecer, o povo possa acordá-la por meio de rituais, [...] [...]” (Brasil, 2024d).

A transição do SPILTN, já citado anteriormente, com objetivo de proteção e integração dos povos indígenas, para uma nova instituição denominada Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ocorreu em 6 de janeiro de 1918, pela Lei nº 3 454 (Brasil, 1918). Essa legislação deu continuidade aos modelos de proteção aos povos indígenas do Brasil. Em 1967, houve a extinção do SPI e a criação do órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), desde

2023 alterado para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, vinculado ao MPI para proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

O MPI, em colaboração junto ao Ministério da Educação (MEC), de acordo com o Decreto nº 6.661, de 27 de maio de 2009 (Brasil, 2009), desenvolveram a Educação Escolar indígena e a Política Nacional de Territórios Etnoeducacionais, considerando os princípios da diferença, especificidade, bilinguismo/multilinguismo e da interculturalidade, que com a consultoria do Edital UNESCO/SECADI nº 6/2023 ajudaram a acompanhar e contribuir para uma política articulada entre os diferentes sistemas de ensino e com no âmbito de cada Território Etnoeducacional (TEE). Outras políticas postas em pauta, remetem a criação de Políticas Públicas na área da educação, como a própria inserção da língua Tupi em Processos seletivos e provas de acesso público, tendo o ATL como impulsionador de políticas de proteção e valorização da cultura indígena e a FUNAI, que é responsável por desenvolver Políticas Públicas de educação e incentivo a informação da cultura indígena, de proteção às terras e aos povos de todas as comunidades indígenas do Brasil, até mesmo os que vivem em território isolados. É preciso romper as barreiras do racismo institucional, lutar pelos direitos como cidadãos, e como dever, o Estado precisa zelar e oferecer segurança, de todas as formas, para as comunidades indígenas. Como destacado por Luciete Pankará, “Educação é um direito, mas tem que ser nosso direito”.

Recentemente, um vídeo viralizou na internet em que Hana-Rawhiti Kareariki Maipi-Clarke, deputada mais jovem do parlamento da Nova Zelândia, ao dançar o Haka, uma dança tradicional da guerra māori, rasga o projeto de lei conhecido como The Treaty Principles Bills, proposto por David Seymour, líder do partido liberal de direita ACT Party em trabalho conjunto com o National Party, liderado por Christopher Luxon, e NZ First, tendo como líder o deputado PM Winston Peters. O Bill é baseado em três artigos que visam "reinterpretar" o Tratado de Waitangi, que, na visão dos partidos políticos, ele garante muitos privilégios aos povos māoris. Medida claramente liderada pela direita liberal que acabou por infringir os direitos dos povos indígenas da Nova Zelândia, com ideais segmentados pela política colonialista e racista, que por anos foram comandadas por países imperialistas (Machado, 2024). A presença e o ato realizado pela deputada dentro do Parlamento, reforça a luta passada durante anos pelos povos māoris, pois foram reprimidos, portanto, atualmente eles buscam manter firme a resiliência, a persistência e o reconhecimento da tradição indígena dentro do país.

Os povos māoris se mantêm presentes e atentos aos seus direitos, manifestando pelas ruas do país. O Hīkoi mō te Tiriti, é uma Política Pública indígena, caracterizada como uma marcha realizada em todo o território neozelandês, com a iniciativa de resposta direta ao projeto de lei Treaty Principles Bills, que vai contra aos direitos dos maori (Toitu Te Tiriti, 2024). A manifestação é de grande proporção e conta com a presença de milhares de povos indígenas, seguindo suas tradições, além de pessoas que se identificam a lutar pelos direitos dos povos indígenas, eles que foram oprimidos por séculos (Alam-Simmons, 2024).

A escritora māori, ao falar sobre o processo de identificação indígena diz que, se a cultura e a identidade devem sobreviver, elas devem manter a capacidade de crescer e estender sua influência em todos os domínios da nossa existência (Matahaere-Atariki, [2016]), por isso, os não-māoris tiveram dificuldade de encontrar uma autenticidade cultural, futuramente se fundindo e tornando o território como resiliência dos próprios indígenas. Conclui-se que a identidade se faz como questão histórica e não por opção, ela não é fixa, e é através da sua dinâmica que ela molda a civilização.

A tecelagem ou raranga, como é chamado pelos māoris, é a prática do artesanato feito com o harakeke (Te Puna [...], 2021) – linho da Nova Zelândia, descoberto para se adaptar ao clima frio do país e como utensílio de pesca, além de ser uma arte carregada de simbolismo e significado, lembrando as histórias e as habilidades desenvolvidas pelos indígenas (New Zealand, 2024). Uma outra prática muito viva entre os māoris é a tatuagem como representação da característica visual, onde o corpo se torna a principal fonte de demonstração da arte manual. Com formatos tribais, as tatuagens são espalhadas pelo corpo, inclusive nas faces dos māoris, o que firma cada vez mais a força e identidade da cultura indígena.

Com a reelaboração da cultura māori, a implementação da Política, Māori Language Act 1987 impôs que Nova Zelândia adotasse além da língua inglesa, já oficializada, a língua Te Reo Māori também, sendo adicionada como língua oficial do país (New Zealand, 1987). O estudo de Políticas Públicas para inserir a Te Reo, permite que os indígenas tenham sua cultura e identidade viva no dia a dia e como meio comum de comunicação. Em literalmente quase todos os lugares do país, principalmente em transportes públicos, pontos turísticos, sinalizações de trânsito e placas informativas estão presentes ambas as línguas oficiais da Nova Zelândia,

considerada uma conquista para a Política Pública governamental, que tem o papel de valorizar o princípio da história neozelandesa.

Na Austrália, a luta dos povos aborígenes pela valorização de sua cultura, história e língua tem sido uma jornada longa e difícil, marcada pela resistência contra políticas racistas que tentaram silenciar suas vozes. A antropóloga Elizabeth A. Povinelli (2002) ressalta o impacto dos Estados e dos territórios oficiais em medidas intencionais que romperam os vínculos entre as gerações tradicionais aborígenes, visando desassimilá-las de suas culturas. O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na política australiana ganhou força após 1967, quando os aborígenes finalmente conquistaram o direito ao voto e passaram a ser reconhecidos como cidadãos. Apesar disso, muitos ainda lutam por acesso a uma educação de qualidade, a uma saúde digna e ao pleno respeito de suas tradições culturais. Para estimular e aproximar o diálogo com os povos indígenas, foi criado em 2015 o Referendum Council, pois tratava de assuntos constitucionais, para que reconhecesse os povos aborígenes e permitisse que expusessem seus anseios perante o Estado australiano (Perini, 2022).

A partir da década de 1970 os movimentos indígenas na Austrália começaram a crescer e os aborígenes passaram a cobrar uma atuação política e ativista dos etnólogos australianos. Isso porque antes dessa época, pouco se discutia sobre o contato interétnico e questões relacionadas aos aborígenes, à política e à violência vivida no contexto colonial pelos povos indígenas (Baines, 2013). As políticas indígenas e indigenistas estão criando mais força após as últimas duas décadas, o movimento indígena a nível nacional e internacional, digo isso em relação aos três países de pesquisa aqui descritos, resultou na emergência de lideranças indígenas que conquistaram espaço na política e tornaram atores sociais e ativistas no processo de negociação com o Estado-Nação.

Ainda sendo minoria em relação à população local, a população indígena aborígene da Austrália, tem conseguido mostrar sua grande influência histórica, mesmo com as modificações recentes, em relação à multiculturalidade na formação do país. Povinelli (2002), explica essa diversidade cultural crescente na Austrália, como uma forma de observação das práticas de governo, visto o contexto nacional e as transformações de estilos de vida no país, o que se denomina o multiculturalismo liberal. Um jogo de “liberdade” do governo australiano com os indígenas é o acesso às atividades políticas, levantando uma bandeira de “autodeterminação indígena”, como uma forma de calar e controlar os ativistas aborígenes. Assim, a abertura de

cargos na administração às lideranças indígenas, em que grande parte são governados pelos próprios aborígenes, é uma falsa liberdade, pois ainda assim são intervencionados pelo governo australiano. Alguns exemplos são o *National Aboriginal Consultative Council* (NACC, 1973-6) e o *National Aboriginal Conference* (NAC, 1977-1985), que são métodos de promoção da participação dos povos indígenas na tarefa de construção da nação australiana.

Na área da educação, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) (2025) desenvolveu juntamente às organizações governamentais nacionais em coordenação com instituições e organizações dos Povos Indígenas e diversos órgãos públicos e de pesquisa, com outros parceiros públicos e privados que trabalham em nível nacional e local um Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032), uma Política Pública de grande alcance e de nível internacional, para visibilizar as diversidades linguísticas indígenas no mundo. Política essa que proporcionou a criação do *First Languages Austrália* (Voices [...], 2024), com inúmeros projetos que reconhecem e trabalham com a educação das línguas aborígenes.

No contexto da Austrália, um exemplo claro de manifestação é o Australian Day, que para os aborígenes não é uma data de celebração, mas de lembrança da invasão e dos anos de violência e exploração sofridos. As manifestações nesse dia, com a presença de milhares de indígenas e apoiadores, refletem a necessidade de dar visibilidade à luta por justiça social e reparação histórica. Alguns lugares são mais densamente povoados pelos aborígenes, como por exemplo o norte da Austrália, lugares mais desertos e com menores índices de imigrações. A persistência em consolidar o espaço dos povos aborígenes em um país multicultural, é um conceito que está associado à democracia (Povinelli, 2002) e representa um processo de valorização diante da visão do Estado, é perceptível nas bandeiras dos povos indígenas presentes em diversas cidades, e, principalmente, no turismo cultural das artes que remetem aos indígenas australianos. Em meio a essa luta, as manifestações culturais, como as pinturas de características pontilhadas e o uso do boomerang, continuam sendo uma forma de resistência e afirmação da identidade indígena. A arte, nesse caso, serve como um elo entre o passado e o presente, reforçando o vínculo com a terra e com a cultura que, apesar de toda opressão, ainda permanece viva.

Em diversos contextos, seja no Brasil, na Nova Zelândia ou na Austrália, a luta pela valorização das culturas indígenas é um processo contínuo, que exige reconhecimento, respeito e, acima de tudo, a preservação das línguas, das artes e

dos direitos dos povos indígenas. Em cada movimento, em cada protesto e em cada Política Pública voltada para a inclusão e preservação, os povos indígenas reafirmam a sua presença, sua identidade e a sua força, garantindo que as futuras gerações possam continuar a trilhar o caminho de dignidade e resistência.

### **2.1.3 A persistência pelo reconhecimento cultural indígena**

Após essa análise histórica de cada um dos países em análise, percebe-se que todos os povos indígenas tiveram que persistir e lutar pelo seu espaço, no seu próprio território, visto que foram invadidos pelos colonizadores europeus, esse que violentaram os costumes e tradições indígenas. Outro ponto a se destacar, é a atuação governamental, que por mais discreta e possibilitando uma suposta liberdade indígena, ainda assim atuam de maneira invasiva nas políticas indigenistas, como forma de controle e uma certa manipulação aos povos indígenas. A adoção de Políticas Públicas é o principal meio de manter a história dos povos indígenas, zelando pelos costumes, culturas e espaços então inicialmente ocupados pelos povos indígenas.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

#### 3.1 A FORMAÇÃO DAS IDEIAS E O SUPORTE DOCUMENTAL

Ao longo dos anos, percebe-se uma crescente movimentação das comunidades indígenas em atos públicos, políticos e sociais, com o intuito de tornar visível sua cultura nativa e, sobretudo, garantir a plena inclusão nos direitos humanos reconhecidos pelo governo para toda a população. Cada Estado viveu a colonização de maneira diferente, porém, é unânime o impacto do domínio colonialista sobre as diversas comunidades indígenas, impondo-lhes, de forma impositiva, a cultura europeia e, simultaneamente, as relações capitalistas.

Dessa forma, o questionamento levantado como objetivo principal nessa análise exploratória, é perceber o processo histórico de cada país e como o passado colonialista influenciou nas relações dos povos indígenas com a sociedade nacional e principalmente na implementação de Políticas Públicas, que atendam devidamente os povos minoritários, garantido seus acessos e direitos como cidadãos. Então, como a cultura indígena se faz presente nas Políticas Públicas do Brasil, da Nova Zelândia e da Austrália? A semente dessa reflexão foi plantada há alguns anos, durante viagens a estados brasileiros com significativa presença de terras indígenas, sobretudo na Bahia e no Pará, o que despertou minha curiosidade sobre os povos indígenas, inicialmente nas terras brasileiras. E por fim, a ideia se firma ao realizar um intercâmbio para Sydney, em 2022, e em sequência uma viagem à Auckland, no mesmo ano, lugares onde apreciei o contato com a cultura aborígine e a cultura māori.

A abordagem adotada para este estudo será de natureza qualitativa e exploratória, uma vez que as informações foram coletadas a partir de fontes variadas, como textos, portais de informação governamentais de cada Estado, documentários históricos e entrevistas com povos indígenas ou descendentes. Este conjunto de dados proporcionará uma compreensão mais ampla da estrutura cultural de cada um desses povos. No que se refere aos dois países do Pacífico, Nova Zelândia e Austrália, a distância geográfica limita o contato direto, o que torna as pesquisas documentais e as reportagens as principais fontes de informação. No entanto, com o auxílio de métodos de pesquisa e o apoio dos avanços tecnológicos de comunicação, espero trazer à tona um vasto repertório de informações para embasar a análise comparativa das culturas indígenas entre os três países em estudo.

Essa análise visa, assim, não apenas enriquecer o entendimento sobre a presença e os desafios enfrentados pelos povos indígenas em serem inseridos na sociedade, e, principalmente, como a implementação de Políticas Públicas podem resolver problemas sociais e políticos que englobam as comunidades indígenas. Além de contribuir para o bem-estar e garantir os direitos dos povos indígenas, a Política Pública amplia os debates que conduzem a uma reflexão mais profunda sobre suas lutas e conquistas no cenário global.

### 3.2 O PROCESSO CULTURAL INDÍGENA NOS TRÊS ESTADOS

Em 1500, quando os portugueses tomam conhecimento e posse do que viria a ser Brasil, os povos nativos que aqui habitavam tiveram seus costumes profundamente invadidos e violados pelos europeus. Os povos indígenas que tinham hábitos próprios, como por exemplo a alimentação tradicional, a diversidade linguística de cada povo indígena e o uso de remédios naturais para tratar suas doenças, foram impactados após a colonização, inclusive sofreram com novos tipos de doenças introduzidas. Tratando a língua como a própria existência de um povo, os povos indígenas se viram invisibilizados por muitos séculos. Segundo dados do MPI, no Brasil existem cerca de 274 línguas faladas por 305 etnias. O número de indígenas no Norte do Brasil é maior do que em todos os outros estados, o que contribui para a expansão da tradição e das culturas indígenas na região. Na Amazônia, especialmente, diversas aldeias isoladas continuam a viver de maneira mais afastada do mundo urbano, o que permite a preservação de seus costumes, especialmente nas áreas da arte, língua e no uso sustentável da flora e fauna, tanto para alimentação quanto para a produção de utensílios artesanais.

A visita à Nova Zelândia proporcionou-me um profundo conhecimento e encantamento pela cultura māori. Após anos de luta para garantir seus direitos, em meio à resistência dos racistas, dos intolerantes e a pressão por um país que seguisse o estilo dos europeus, o Estado iniciou a promoção de Políticas Públicas que trouxessem reconhecimento histórico dos povos māoris, mesmo depois dos grandes problemas herdados do processo de colonização. Inicialmente, a política de integração visava combinar, sem fundir, os elementos da sociedade māori com a sociedade Pakeha (ingleses), com o objetivo de criar uma nação que se desenvolvesse juntamente com o processo de industrialização do país. Com o tempo, os māoris intensificaram sua luta contra o racismo estrutural, conquistando espaço,

voz e visibilidade no território neozelandês. O reconhecimento da cultura māori ganhou força, impulsionando a criação de Políticas Públicas para os povos indígenas, sendo especialmente valorizada através dos seus artesanatos, das pinturas como forma de identificação cultural e, principalmente, da língua indígena, que passou a ser oficialmente reconhecida no vocabulário nacional. O impacto dessa valorização foi sentido no turismo local e na conscientização histórica do país, refletindo também o compromisso da Nova Zelândia com os direitos dos māoris, conforme estabelecido na Declaração dos Povos Indígenas da ONU de 2007, à qual o Estado neozelandês aderiu.

O processo histórico da Austrália, embora compartilhe semelhanças com o da Nova Zelândia, apresenta desafios ainda mais intensos, especialmente devido à vasta extensão territorial do país. Os povos aborígenes foram duramente massacrados, hostilizados e violentados pelos colonizadores vindos da Grã-Bretanha, que armados com armas de fogo, levando a hostilidade ao território, aumentando a violência por um longo tempo e a rápida diminuição da população, que era de cerca de 320.000 antes da colonização. O impacto cultural foi devastador, com a perda de mais de 150 línguas que existiam na Austrália pré-colonial. Os aborígenes também foram expostos a doenças fatais, para as quais não possuíam imunidade, o que levou à morte de uma vasta população indígena. A tentativa de extermínio cultural dos aborígenes resultou na destruição da visão original da Austrália, uma terra rica em diversidade cultural. Felizmente, os aborígenes foram ganhando voz, tendo seus direitos conquistados e reconhecidos por leis pelo governo australiano. Ainda hoje, o país enfrenta desafios no que diz respeito ao reconhecimento histórico dos povos indígenas e à implementação de políticas que os incluam de maneira digna na sociedade, respeitando sua cultura. Um exemplo disso foi a votação, em 14 de outubro de 2023, para alterar e reconhecer os povos indígenas na Constituição do país, que por anos foram calados pelo Parlamento, o qual o Plebiscito “Voice”, uma Política Pública indigenista, propunha a criação de um comitê indígena para tratar de assuntos ligados às suas comunidades, porém com 60% de objeção, o pedido foi rejeitado pelos seis estados australianos, não dando continuidade à proposta (Ritchie, 2023).

A análise das narrativas históricas revela os complexos caminhos da resistência e da resiliência dos povos indígenas em face dos processos coloniais, que buscaram não apenas a subjogação física, mas também a destruição das identidades culturais dessas populações. O reconhecimento e a valorização dessas culturas,

embora ainda em processo, são passos fundamentais para garantir que as tradições e línguas indígenas sobrevivam e prosperem, fortalecendo a diversidade cultural global.

### 3.3 OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA

A decisão de analisar os povos indígenas, engloba assuntos que determinam um período histórico de tomada de território em meio a colonização, à população indígena ser drasticamente menor e menos favorecida que as demais e por fim imposição cultural como simbolismo aos Estados. Tratar especificamente dos povos indígenas do Brasil, Nova Zelândia e Austrália se deu pela proximidade de informações, pelo contato direto e, principalmente, pela curiosidade de entender melhor as particularidades de cada uma dessas culturas. Com grande satisfação, posso afirmar que esse estudo foi essencial para a formação do meu olhar crítico e cultural.

No início, foi necessário ler documentos sobre suas histórias, relatos que serviram como base para a construção de povos resilientes, capazes de resistir às opressões ao longo dos séculos. Isso me permitiu não apenas compreender o processo de sobrevivência cultural, mas também analisar o impacto das mudanças políticas, que, a cada governo, alteram a maneira como as minorias são inseridas nas Políticas Públicas. Cada líder político molda a nação segundo seus próprios ideais, o que reflete diretamente na inclusão ou exclusão de grupos como os povos indígenas. No Brasil, o foco de estudo foi o povo indígena Pataxó, que por meio de algumas conversas pude conhecer mais sobre a comunidade e seus costumes. Para a Nova Zelândia o estudo concentrou-se nos māoris, que representam cerca de 20% da população total do país, portanto, neles pude apoiar minhas pesquisas e curiosidades. Já na Austrália, estudar os povos aborígenes me proporcionou uma compreensão mais profunda das questões sociais que se desenrolaram durante minha estadia, despertando também um olhar sociopolítico sobre a barreira criada entre os indígenas e a sociedade australiana dominante.

Essas experiências e reflexões não apenas enriqueceram meu conhecimento sobre essas culturas, mas também ampliaram minha percepção acerca dos desafios que os povos indígenas enfrentam em distintos contextos históricos e geográficos. O poder de atuação e presença dos povos indígenas na sociedade impacta diretamente na promoção de Políticas Públicas mais eficazes, capazes de atender às

necessidades desses povos, respeitando seus direitos e preservando suas identidades culturais.

### 3.4 O CORPO PARA BASE DE PESQUISA

Após as primeiras observações e impressões externas sobre a presença das culturas indígenas nos três Estados analisados, as informações foram enriquecidas por meio de imagens, viagens e conversas com membros das comunidades indígenas. A partir desse conhecimento, passamos à análise das Políticas Públicas voltadas para os povos indígenas, que buscam garantir a inclusão desses povos nos direitos fundamentais da sociedade política, educacional, econômica e social, sem comprometer ou modificar suas culturas nativas.

O objetivo deste estudo foi apresentar as informações obtidas, mencionadas anteriormente, como visitas a museus, deslocamentos às comunidades indígenas e observações diretas, que me motivaram a escrever sobre esse tema tão rico em história e cultura. Portanto, a pesquisa buscou entender como o processo histórico, de um passado em que Brasil, Nova Zelândia e Austrália eram colônias de países europeus, influenciou o desenvolvimento de Políticas Públicas para povos indígenas, e como o ciclo de atores políticos puderam e continuam a afetar na implementação dessas políticas, visto que são ações direcionadas a povos minoritários da população, que, em sua grande maioria, sofrem com racismo e preconceitos diversos.

Ao iniciar o aprofundamento no tema de análise comparativa das Políticas Públicas voltadas para os povos indígenas, percebi que existiam dois aspectos fundamentais a serem estudados. O primeiro dizia respeito às políticas indigenistas, criadas pelo governo, em sua maioria com o intuito de se beneficiar da minoria indígena. O segundo, por outro lado, envolvia as políticas indígenas, fortalecidas pelas próprias comunidades, que lutam por seus direitos e buscam combater atos de racismo e misoginia que colocam suas vidas em risco.

Observou-se a desvalorização dos povos indígenas e o aumento de atos preconceituosos durante o governo de direita liderado no Brasil, pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, pressionando a sociedade ao desrespeito comum às comunidades minoritárias. Dentre as falas referente aos indígenas ouvidas durante esse período estavam: “terra de índio é terra sem dono”; “fazendo trabalho de índio” quando era mal feito; “lugar de índio é na gaiola”. Definitivamente são frases

absurdamente preconceituosas e conseqüentemente atraem atos de violência contra os povos indígenas.

O mais preocupante é perceber que não se trata de uma visão exclusiva do Brasil. Ao viajar para a Nova Zelândia e a Austrália, fui alertada, com frequência, para ter cuidado, pois os aborígenes e os m̄oris eram estigmatizados como violentos, usuários de drogas e como responsáveis pelo atraso do desenvolvimento econômico e social dessas sociedades. No entanto, por trás de todo esse olhar controverso, há um contexto histórico e colonialista que essas nações sofreram, cujas cicatrizes e memórias jamais serão apagadas. Essas marcas, infelizmente, ainda ecoam na maneira como os povos indígenas são vistos e tratados, não apenas no Pacífico, mas também no Brasil.

A reflexão desse tema reforça a importância de se compreender as complexas relações entre as Políticas Públicas, o governo e as comunidades indígenas, evidenciando tanto os desafios que os povos indígenas enfrentam quanto às distorções históricas que moldam as percepções atuais.

### 3.5 LEITURAS E ENTREVISTAS

A primeira entrevista ocorreu em Sydney, uma metrópole cosmopolita que dificultava contato direto com as comunidades aborígenes. Isso porque muitos deles adaptaram suas culturas para sobreviver em um ambiente urbano e, em grande parte, racista. Michael, meu chefe, sempre compartilhava durante os intervalos de almoço trechos dolorosos da história australiana e como a sua descendência indígena havia impactado sua vida, desde o ambiente escolar, onde ele era o único negro da turma, até as dificuldades que enfrentou para ter acesso à formação acadêmica. Ele trabalhava como operador de máquina, sob a supervisão de chefes brancos, oriundos da alta sociedade de Sydney, que se mostravam frequentemente ignorantes e imponentes.

Infelizmente, ao se estabelecer em uma cidade tão grande e ter acesso a certos círculos sociais, os aborígenes são muitas vezes inseridos em um mundo radicalmente diferente, com oportunidades salariais limitadas, o que os expõe ao uso de drogas e ao alcoolismo (Finkel, 2022). Michael sempre enfatizava que essa exposição dos aborígenes às dificuldades sociais resultava diretamente da colonização e, posteriormente, da presença de novos imigrantes, em sua maioria europeus.

Quando cheguei à Nova Zelândia, já tinha em mente aprofundar meus conhecimentos sobre a história e a cultura māori. Ao desembarcar no aeroporto de Auckland, fiquei surpresa ao ver diversas pessoas se identificando como māoris, pois, ao contrário de Sydney, a presença indígena na sociedade neozelandesa é muito mais presente. Ao caminhar pela cidade, percebi que muitos deles estavam vestidos com uniformes típicos da construção civil, o que, conforme me foi informado por outros, reflete uma realidade de grande parte da mão de obra indígena ser empregada em serviços braçais.

Para aprofundar meu entendimento, visitei o Museu "Art Gallery Toi o Tāmaki", em Auckland, um espaço repleto de histórias narradas em quadros, livros e painéis que me permitiram compreender a rica contribuição de cada comunidade māori para a construção da identidade nacional. Outro ponto que me chamou atenção foi a presença da língua māori ao lado do inglês, seja em placas de sinalização, anúncios públicos ou até mesmo na escrita de livros. O espaço urbano também era permeado pela arte indígena, com esculturas de madeira, pinturas e tatuagens tradicionais, que adornavam os corpos de muitas pessoas. A cidade, desde o aeroporto até as rodovias, estava repleta de simbologia māori, o que refletia um profundo respeito pela cultura indígena. Infelizmente, não tive a oportunidade de conversar diretamente com membros da comunidade māori, mas todas as experiências vividas me proporcionaram um imenso apreço pela cultura indígena neozelandesa.

De maneira empolgante, posso afirmar que a experiência de entrevistar e interagir com os indígenas brasileiros foi extremamente acolhedora e enriquecedora. Durante uma viagem à Bahia, tive a oportunidade de conhecer os povos indígenas Pataxós, especificamente das aldeias Pequi e Kai, localizadas em Cumuruxativa, distrito do município de Prado, e de Caraíva, representada principalmente pela aldeia Barra Velha. A região do extremo sul da Bahia é repleta de arte, história e cultura dos Pataxós, mas vale ressaltar que não só eles, mas os diversos povos indígenas espalhados pelo Brasil, foram vítimas de invasões, perseguições, catequização forçada e até escravização, sendo muitos brutalmente assassinados durante o período da colonização portuguesa.

O primeiro contato foi com os indígenas da aldeia Pequi, que se mostraram simpáticos e abertos ao diálogo enquanto vendiam seus artesanatos, como brincos, tererês e apitos, feitos por suas avós nas aldeias. Expliquei a eles que estava escrevendo sobre as comunidades indígenas do Brasil e perguntei se poderiam compartilhar um pouco de suas histórias. Foi aí que me ensinaram algumas palavras

na língua Patxohã, falaram sobre o processo de confecção dos artesanatos e o uso de materiais de origem animal, como penas de aves nos brincos e cocares. Além disso, explicaram que o prato principal da sua culinária era o peixe na patioba, um prato tradicional da cultura indígena.

Na aldeia de Caraíva, encontrei outros Pataxós vendendo artesanatos que representavam sua cultura indígena. Em uma das bancas, chamou minha atenção a blusa de uma criança, estampada com o nome de um instituto. Ao perguntar sobre aquilo, fui informada sobre o Instituto ãkihẽ Kahab, que atua na área esportiva, promovendo doações para custear os gastos com a manutenção de atividades que incentivam crianças e adolescentes das comunidades de Caraíva e arredores a se engajarem no futebol. O instituto busca cuidar da saúde, bem-estar e educação dessa nova geração. O que mais me impressionou, no entanto, foi perceber que a produção de artesanatos não se limita ao aspecto comercial, mas é uma forma de resistência cultural, uma representação da identidade e das crenças profundas das aldeias.

## 4 ANÁLISE DOCUMENTAL E COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 EXPOSTOS À VULNERABILIDADE E À VIOLÊNCIA

Entre 2018 e 2022, o Brasil viveu sob um governo que se caracterizou por sua postura desrespeitosa e negligente com as minorias, incluindo mulheres, negros e, especialmente, os povos indígenas. Durante este período, ficou evidente a falta de atenção e cuidado com esses grupos marginalizados. No dia 26 de julho de 2023, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou por meio do relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, que revela que entre os anos de 2019 e 2022 durante a presidência de Jair Messias Bolsonaro, governante anti-indígena, os números de assassinatos de pessoas indígenas foi de 795, sendo o estado de Roraima o pior de todos, com 208 assassinatos, assim, o que corresponde a uma alta de 54% em todo território brasileiro, em comparação aos governos passados de Dilma Rousseff e Michel Temer, de 2015 a 2018 (Assassinatos [...], 2023).

Além disso, ao tratar de um assunto que foi abordado com seriedade e relevância nos documentos estudados para este projeto, é importante destacar também a questão do abuso de poder por parte dos governos — desde os tempos do colonialismo nas tomadas de terras indígenas — resultando em inúmeras violências. Entre essas, destaco os abusos sexuais e a violência contra crianças e mulheres, além da contínua invasão de terras. Este é um tema que, pessoalmente, considerei extremamente delicado e importante, que, como alertado pela FUNAI e conforme apontado pela Unicef e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afetam principalmente meninas, representando cerca de 80% das vítimas de abuso sexual infantil (Brasil, 2023). De acordo com a antropóloga Linda Smith (2004), essa tragédia também se repetia com as mulheres aborígenes, muitas das quais, após serem vítimas de estupro, eram brutalmente assassinadas como animais.

Ao chegar na Nova Zelândia e na Austrália, percebi uma triste semelhança com o Brasil: o preconceito e o racismo direcionados aos povos indígenas. Essas similaridades entre os três Estados são vistas por Edward Said, professor e crítico sobre colonialismo, como disseminação de um discurso ocidental sobre os indígenas, totalmente uma visão doutrinada de perspectiva e estilos coloniais (Oliveira, 2023). No Brasil, como na Nova Zelândia e na Austrália, os povos indígenas enfrentam a constante luta para resistir aos governos que os marginalizam, afastando-os de seus direitos e fomentando o ódio e a violência contra suas culturas e identidades. Assim,

as culturas aborígene e māori, assim como as dos povos indígenas brasileiros, seguem resistindo com bravura, buscando manter suas tradições e a dignidade que lhes é negada.

#### 4.2 DO COLONIALISMO AOS GOVERNOS ATUAIS IMPACTANDO NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

O conceito histórico dos povos indígenas me guiou ao objetivo de observar a atuação das Políticas Públicas direcionadas a essas minorias étnicas, conhecer sobre a atuação das políticas indigenistas em contraponto às políticas indígenas, além de refletir sobre como o processo de colonização enfrentado pelos três Estados analisados ainda influencia a construção social de suas sociedades. Com ênfase principal em aprofundar o conhecimento sobre a cultura do artesanato e a representatividade das diversidades linguísticas entre os milhares de povos indígenas. Quais medidas são tomadas para promover a inclusão e valorização da cultura indígena, especialmente por meio da arte do artesanato e do uso da língua como identidade de cada comunidade, exaltando suas tradições.

Inicialmente, realizei uma pesquisa sobre o contexto histórico colonialista de cada Estado, o que permitiu, em seguida, aprofundar no objeto central de minha análise: as Políticas Públicas diferenciadas direcionadas aos povos indígenas. Observa-se as manifestações políticas, a luta constante dentro dos congressos e parlamentos por projetos de leis efetivos e inclusivo aos povos indígenas. Destaca que o acesso à educação foi mais recente para os povos indígenas do Brasil que para os aborígenes, por mais que a colonização na Oceania seja “nova” em relação à América, a luta por inserção na sociedade surge após anos de omissão e exclusão dos direitos indígenas.

No Brasil, destacam-se as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, como o ATL – um movimento de resistência e força que organiza diversas comunidades indígenas espalhadas pelo território. Outro marco importante foi a criação da FUNAI – um órgão fundamental para a proteção cultural e territorial, que trabalha na promoção dos direitos e garantias dos povos indígenas brasileiros.

Na Nova Zelândia, os povos māoris também se mobilizaram para garantir seus direitos como cidadãos, criando Políticas Indigenistas como o Te Puni Kōkiri, um

ministério dentro do governo neozelandês voltado para questões indígenas. A marcha Hīkoi mō te Tiriti, por sua vez, é uma importante política pública indígena em resposta às atrocidades históricas e às barreiras que dificultam o desenvolvimento e a representatividade māori.

Na Austrália, apesar dos desafios impostos por uma sociedade ainda marcada pelo racismo estrutural, as Políticas Públicas voltadas aos povos indígenas, em parceria com defensores das causas indígenas, têm ganhado cada vez mais força. As marchas e manifestações nas ruas se tornam mais frequentes, refletindo o crescente movimento de resistência e reivindicação por direitos e reconhecimento. Um exemplo marcante acontece no dia 26 de janeiro, data que celebra o Australian Day, mas que também é escolhida como um dia de protesto contra os ataques e desrespeitos históricos direcionados aos povos aborígenes. Neste dia, a nação se divide entre a celebração e a reflexão, com a mobilização de grupos indígenas exigindo respeito, reconhecimento e reparação pelos danos causados ao longo dos séculos (Ciccarelli, 2023).

A preservação do princípio histórico e a valorização da representatividade cultural são, portanto, pilares essenciais das políticas públicas que buscam assegurar a continuidade e o fortalecimento das culturas indígenas. Na Nova Zelândia, por exemplo, a presença da língua māori em sinalizações de trânsito, pontos turísticos e informações gerais é um avanço significativo que reflete o compromisso do governo com a preservação e promoção da identidade indígena no país.

#### 4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL

Por tratar-se de uma análise comparativa de caráter abrangente, a metodologia adotada para reunir as informações sobre os países mencionados seguiu uma abordagem documental. Para tanto, realizei um extenso levantamento, que incluiu a leitura de artigos, estudos e a coleta de dados por meio das plataformas governamentais, com o objetivo de examinar a população indígena desde os primórdios da sua formação cultural até os dias atuais. Esse processo envolveu a análise dos contextos políticos e, especialmente, do reconhecimento dos povos indígenas, assegurado por meio de Políticas Públicas de alcance. No Brasil e na Austrália, foi possível enriquecer meu conhecimento por meio de conversas direcionadas, que me permitiram acessar informações pessoais sobre as comunidades indígenas.

#### 4.4 RESULTADOS

Os resultados obtidos através desta análise comparativa de Políticas Públicas diferenciadas para Povos Indígenas do Brasil, Nova Zelândia e Austrália revelam importantes avanços e desafios, trabalhando em iniciativas culturais, com ênfase na valorização e preservação das culturas, línguas e identidades desses povos, quais sejam:

- Similaridade vista a colonização: os três países analisados, Brasil, Nova Zelândia e Austrália foram colônias de países europeus. O domínio europeu sobre essas terras, acarretou a invasão brutal de áreas indígenas, vulnerabilidade às doenças trazidas pelos colonizadores, a exposição ao álcool, às drogas, e o hostil acesso a armas de fogo, causando violência e massacres em massa.
- O reconhecimento dos direitos indígenas: nos três países os indígenas são reconhecidos e possuem alguns acessos aos seus direitos. No Brasil, a demarcação de terras e os direitos dos povos indígenas foram reconhecidos e garantidos na CF de 1988 (Brasil, 1988). Na Nova Zelândia o Tratado de Waitangi, assinado em 1840, foi o pilar para a reivindicação dos direitos, terras e recursos. Na Austrália, em 1967, os aborígenes foram adicionados ao Censo australiano, entretanto somente em 2015, por meio do *Referendum Council*, conseguiram ter mais acessos aos seus direitos.
- Políticas Públicas diferenciadas para Povos Indígenas: Brasil – APIB; ATL; MPI; FUNAI; SENAF; Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); SPILTN; TEE; SPI; Nova Zelândia – Tratado de Waitangi (1840); Te Puni Kōkiri (Ministério do Desenvolvimento Māori, 1992); Māori Language Act 1987; Hīkoi mō te Tiriti; NACC; NAC; Referendum Council; National Indigenous Languages Action Plan; IDIL.
- Os artesanatos e as diversidades linguísticas: A promoção e valorização da arte foram impulsionadas após o reconhecimento cultural proporcionado pelos povos indígenas. O Selo Indígenas do Brasil, além de identificar a produção indígena, gera rentabilidade. A promoção da cultura māori é disseminada por

todo o território, funcionando como atrativo turístico para os visitantes. Embora em menor escala do que na Nova Zelândia, na Austrália, a cultura aborígine também serve como cartão-postal para turistas. Em relação à diversidade linguística, no Brasil, os 274 idiomas indígenas são reconhecidos, e os principais, como o Tupi, possuem sua versão da Carta Magna. De maneira semelhante ao que ocorre na Nova Zelândia, o māori, além de ser reconhecido e ter sua versão do Tratado de Waitangi, também é amplamente utilizado na comunicação. Na Austrália, o projeto é realizado por organizações governamentais em parceria com as comunidades aborígenes para apoiar a preservação da língua aborígine.

- Desafios: a aplicação de Políticas Públicas para os povos indígenas diferenciados levou séculos para começar a se desenvolver, visto que são direcionadas às populações minoritárias. No Brasil, na Nova Zelândia e na Austrália, os povos indígenas ainda enfrentam o racismo e o preconceito cultural enraizados na sociedade, inclusive nos governos, o que influencia a implementação e aprovação de políticas e projetos que buscam amparar, zelar e garantir o bem-estar desses povos, reconhecendo seus direitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise exploratória sobre as Políticas Públicas diferenciadas para povos indígenas, com especial ênfase na valorização de suas histórias e na luta pela visibilidade das minorias étnicas, é possível perceber o papel crucial que a implementação de Políticas Públicas eficientes desempenha um papel crucial no desenvolvimento da sociedade, refletindo os direitos dos povos indígenas, historicamente negligenciados. Infelizmente, desde os primeiros momentos de sua história, os povos indígenas foram alvos de repressão sistemática por parte de governantes, cujas influências sobre os eleitores fomentaram o ódio e incentivaram a exploração de seus territórios, promovendo o trabalho ilegal e a invasão de terras indígenas.

Tais escândalos envolvendo os governantes e as comunidades indígenas não são novidade. Eles têm se perpetuado desde os primeiros momentos das invasões colonialistas. Contudo, na ausência das mídias sociais e do rápido acesso à informação, as opressões eram muitas vezes veladas ou pouco discutidas, como assuntos minoritários. Esse cenário de abusos históricos e sistemáticos continua a ser uma realidade para muitos povos indígenas, que seguem lutando pela preservação de seus direitos, pela justiça e pela dignidade.

A desvalorização da cultura indígena e a tentativa de substituição pela cultura europeia, revela as inúmeras desapropriações sofridas por essas populações, cujas vestimentas, línguas e rituais foram duramente rejeitados e vistos com desprezo. O preconceito estava enraizado de forma profunda, tornando a luta pela preservação de sua identidade ainda mais difícil. Por isso, as tardias, e até mesmo as que foram vetadas, implementações de Políticas Públicas aos indígenas, devido ao ciclo de atores políticos, foi um questionamento trazido por essa análise exploratória, para que seja exposto o difícil processo de acesso aos direitos desses povos.

Estar presente e ter a oportunidade de estudar, ouvir e aprender com as histórias dessas comunidades tem sido uma experiência transformadora. Através da arte, pude trazer comigo, ainda que em pequena escala, as manifestações culturais que representam a resistência e a vitalidade dos povos indígenas. Esse projeto, dentro do campo das Políticas Públicas, é resultado de anos de aprendizado e reflexão, o que me permitiu me aproximar desse tema de maneira mais íntima e expressá-lo por meio da escrita da melhor forma possível, resgatando suas lutas desde a chegada dos colonizadores europeus.

Analisar o Brasil, a Nova Zelândia e a Austrália, a partir de um olhar mais sensível e engajado na análise de povos indígenas, foi uma oportunidade única de vivenciar e conhecer assuntos que nem sempre estão ao alcance de todos. A história é construída por pessoas, e o contato presencial foi imprescindível para a realização deste trabalho. Além disso, a leitura e o entendimento dos processos relatados por diferentes indivíduos e comunidades, com suas distintas etnias e ideais, enriqueceram profundamente minha pesquisa, permitindo uma aproximação mais genuína com as questões políticas, sociais e econômicas que envolvem os povos indígenas.

Sinto um grande orgulho ao apreciar a língua, as artes, as histórias e os valores que moldam as culturas indígenas. Também me emociona perceber o crescente apoio interétnico aos povos indígenas e entender o significado das diversas manifestações e marchas, que lutam pela preservação da cultura, dos territórios e pela segurança desses povos. Assim, pretendo dar sequência a pesquisas sobre povos indígenas e políticas públicas, visto que é de grande importância a discussão de temas que reafirmam os direitos desses povos, e é o dever dos Estados nacionais de respeitar e efetivar os direitos nacionais e internacionais dos povos originários.

Foi uma grande satisfação poder compartilhar, neste trabalho, o poder transformador da cultura indígena na formação da nossa sociedade, e o quanto seus ensinamentos enriquecem não apenas as comunidades indígenas, mas a todos nós.

## REFERÊNCIAS

ALAM-SIMMONS, Ara. Hīkoi mō Te Tiriti: walking into the future. **E-Tangata**, [s. l.], 24 nov. 2024. Disponível em: <https://e-tangata.co.nz/reflections/hikoi-mo-te-tiriti-walking-into-the-future/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ASSASSINATOS de indígenas cresceram 54% durante governo Bolsonaro, aponta relatório do CIMI. **APIB Oficial**, [s. l.], 10 out. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/07/27/assassinatos-de-indigenas-cresceram-54-durante-governo-bolsonaro-aponta-relatorio-do-cimi/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ATL 2024: maior mobilização indígena do Brasil completará 20 anos e vai acontecer entre os dias 22 e 26 de abril. **APIB Oficial**, [s. l.], 10 out. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/10/10/atl-2024-maior-mobilizacao-indigena-do-brasil-completara-20-anos-e-vai-acontecer-entre-os-dias-22-e-26-de-abril/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS (ABS). **Estimates of Aboriginal and Torres Strait Islander Australians**: Final 2021 Census-based estimated resident population of Aboriginal and Torres Strait Islander and non-Indigenous Australians for various geographies. [S. l.], 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.abs.gov.au/statistics/people/aboriginal-and-torres-strait-islander-peoples/estimates-aboriginal-and-torres-strait-islander-australians/30-june-2021>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BAINES, Stephen G. Etnologia Indígena no contexto de Estados nacionais diversos: Brasil, Austrália, Canadá. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 365-354, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.3094>.

BAINES, Stephen G. Tendências recentes na política indigenista no Brasil, na Austrália e no Canadá. **Interethnica**: Revista de Estudos em Relações Interétnicas, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-11, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/interethnica.v1i1.10776>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10776/9469>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BAINES, Stephen Grant. **Primeiras impressões sobre a etnologia indígena na Austrália**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1993. 68 p. (Série Antropologia, 139).

BAINES, Stephen Grant. Social Anthropology with indigenous peoples in Brazil, Canada and Australia: a comparative approach. **Vibrant**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 209-238, jun. 2012.

BECKETT, Jeremy (Ed.). **Past and present**: the construction of aboriginality. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Governo Federal institui Selo Indígenas do Brasil**. Brasília, DF, 5 jan. 2024a. Disponível

em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/01/governo-federal-institui-selo-indigenas-do-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Portaria nº 37, de 17 de novembro de 2023**. Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=452012>. Acesso em; 17 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Portaria Interministerial nº 1, de 4 de janeiro de 2024. Institui o selo de identificação de origem étnica de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas indígenas, denominado "Selo Indígenas do Brasil". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 4, p. 10, 5 jan. 2024b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-mda/mpi/funai-n-1-de-4-de-janeiro-de-2024-535816557>. Acesso em; 17 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Brasília, DF, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **MPI apresenta a diversidade das línguas indígenas do Brasil em oficinas a estudantes internacionais da OIL**: evento da 21ª Olimpíada Internacional de Linguística contou com ações conduzidas pelo MPI no Memorial dos Povos Indígenas. Brasília, DF, 29 jul. 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mpi-apresenta-a-diversidade-das-linguas-indigenas-do-brasil-em-oficinas-a-estudantes-internacionais-da-oil>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **MPI participa do lançamento da primeira Constituição Federal em língua indígena**: Ministra Sonia Guajajara é convidada da ministra Rosa Weber para apresentação de texto constitucional em Nheengatu. Brasília, DF, 19 jul. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/mpi-participa-do-lancamento-da-primeira-constituicao-federal-em-lingua-indigena>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Dados do Censo de 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas**. Brasília, DF, 7 ago. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **FUNAI alerta para a invisibilidade das violências cometidas contra crianças indígenas**. Brasília, DF, 18 maio 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-alerta-para-a-invisibilidade-das-violencias-cometidas-contra-criancas-indigenas>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023**. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília,

DF, 2023e. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14701.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14701.htm). Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.661, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art). Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.072, 20 de junho de 1910**. Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d8072.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm). Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 3 454, 6 de janeiro de 1918**. Fixa a Despeza Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918. Rio de Janeiro, 1918. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1901-1929/l3454.htm#:~:text=LEI%20No%203.454%2C%20DE,para%20o%20exercicio%20de%201918](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/l3454.htm#:~:text=LEI%20No%203.454%2C%20DE,para%20o%20exercicio%20de%201918). Acesso em: 17 jan. 2025.

CICCARELLI, Raffaella; SLADE, Lucy. 'Invasion Day' protests across the country draw huge crowds. **9 News**, [s. l.], 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.9news.com.au/national/australia-day-2023-invasion-day-protesters-pack-streets-as-country-remains-divided-over-january-26/4d10632a-d179-4855-8cef-69b24e5eef88>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FINKEL, Michael. Aborígenes: os primeiros australianos. **National Geographic**, [s. l.], 20 jun. 2022. Disponível em: [https://www.nationalgeographic.pt/historia/aborigenes-os-primeiros-australianos\\_1891](https://www.nationalgeographic.pt/historia/aborigenes-os-primeiros-australianos_1891). Acesso em: 6 out. 2024.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006>.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Políticas Públicas de fortalecimento dos indígenas: experiência neozelandesa. **EJL**, Chapecó, SC, v. 15, n. 2, p. 315-336, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/2722/3487>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MACHADO, Francisco. Resistência Māori na Nova Zelândia contra Projeto de Lei racista. **Esquerda Online**, [s. l.], 18 nov. 2024. Disponível em:

<https://esquerdaonline.com.br/2024/11/16/resistencia-maori-na-nova-zelandia-contra-projeto-de-lei-racista/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MATAHAERE-ATARIKI, Donna. **Cultural revitalisation and the making of identity within Aotearoa New Zealand**. [S. l.]: [s. n.], [2016].

NEW ZEALAND. Parliamentary Counsel Office. **Māori Language Act 1987**. Wellington, 1987. Disponível em: <https://www.legislation.govt.nz/act/public/1987/0176/latest/whole.html>. Acesso em: 6 fev. 2025.

NEW ZEALAND. **Raranga: the art of weaving**. Wellington, 2024. Disponível em: <https://www.newzealand.com/us/maori-weaving/>. Acesso em: 4 out. 2024.

NEW ZEALAND'S treaty of Waitangi explained in 30 seconds. The Guardian, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/feb/06/new-zealands-treaty-of-waitangi-explained-in-30-seconds>. Acesso em: 8 jan. 2025.

OLIVEIRA, Francisco Chagas de. Edward Said: Democracia e Humanismo em Estado de Crítica Permanente. **Revista Minerva Universitária**, [s. l.], 3 dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaminerva.pt/edward-said-democracia-e-humanismo-critico-em-estado-de-critica-permanente/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PERINI, Carlos. **Reivindicações constitucionais dos povos aborígenes**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos sobre a Proteção Internacional de Minorias, 2022.

POVINELLI, Elizabeth A. **The cunning of recognition: indigenous alterity and the making of Australian multiculturalism**. London: Duke University Press, 2002. 352 p.

RETROSPECTIVA 2024 – “Nosso Marco é Ancestral, Sempre Estivemos aqui”. **APIB Oficial**, [s. l.], 31 dez. 2024. Disponível em: <https://apiboficial.org/2024/12/31/retrospectiva-2024-nosso-marco-e-ancestral-sempre-estivemos-aqui/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RITCHIE, Hannah. A votação histórica na Austrália rejeitou projeto que daria mais direitos aos indígenas. **BBC News**, Sidney, 14 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51wpzxkllpo>. Acesso: 14 jan. 2025.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous people**. London: Zed Books, 2004.

TE PUNA Waiora – The distinguished weavers of Te Kāhui Whiritoi. **Te Rūnanga o NGĀI TAHU**, [s. l.], 21 dez. 2021. Disponível em: <https://ngaitahu.iwi.nz/opportunities-and-resources/publications/te-karaka/te-puna-waiora-the-distinguished-weavers-of-te-kahui-whiritoi-tk89/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

TOITU TE TIRITI. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://toitutetiriti.co.nz/pages/hikoimo-te-tiriti-2024-information-page>. Acesso em: 8 jan. 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Action plans for indigenous languages**. [S. l.], 2025. Disponível em:

<https://www.unesco.org/en/decades/indigenous-languages/idil-actions/national-action-plans>. Acesso em: 6 fev. 2025.

VOICES of Country: Australia 's National Action Plan for the International Decade of Indigenous Languages. **First Languages Australia**, Wallsend, 2024. Disponível em: <https://www.firstlanguages.org.au/voices-of-country>. Acesso em: 6 fev. 2025.

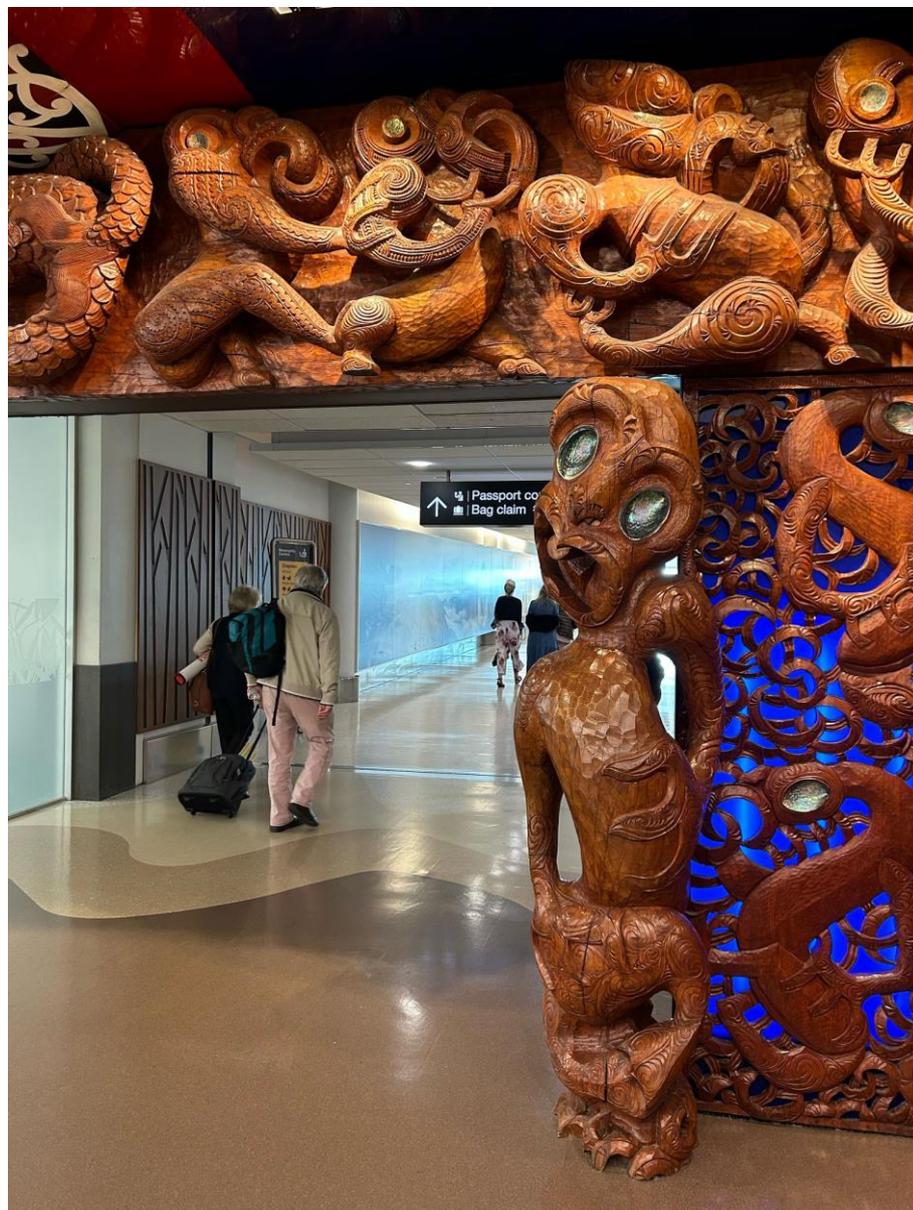
WEAVER, Sally. Struggles of the Nation-State to define aboriginal ethnicity: Canada and Australia. *In*: GOLD, Gerald L. (Ed.). **Minorities and mother country imagery**. St John's: Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland, 1984. p.182-210. 274 p. (Social and Economic Papers, 13).

WILMER, Franke. **The indigenous voice in world politics**: since time immemorial. [S. l.]: SAGE Publications, 1993. ISBN 9780803953352.

## APÊNDICES

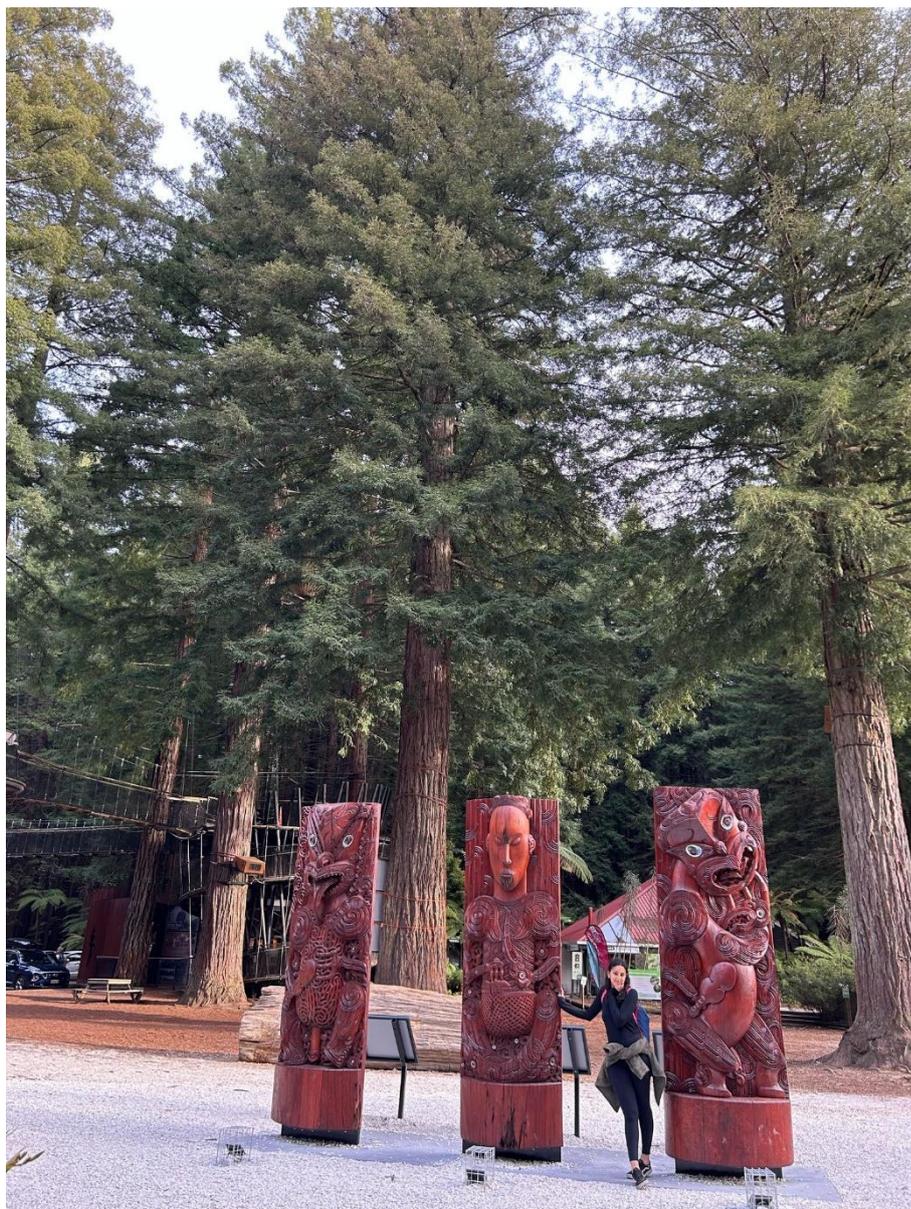
## APÊNDICE A – FOTOS

Figura APA1 – Aeroporto de Auckland - NZ. Representação da arte m̃ori esculpida em madeiras



Fonte: elaboração própria.

Figura APA2 – Madeiras esculpidas em Redwoods, Whakarewarewa Forest – Rotorua



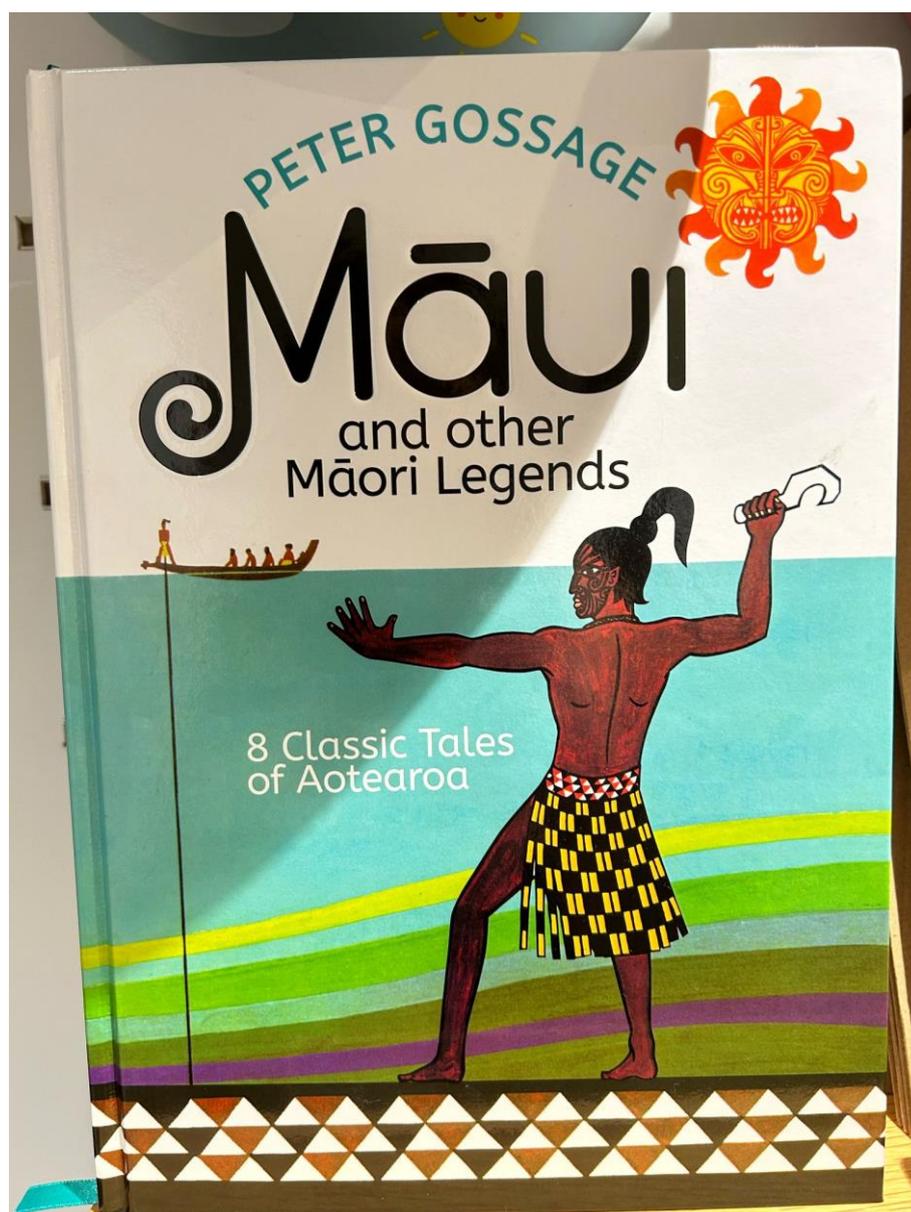
Fonte: elaboração própria.

Figura APA3 – Placa de informações na versão em inglês e em maori



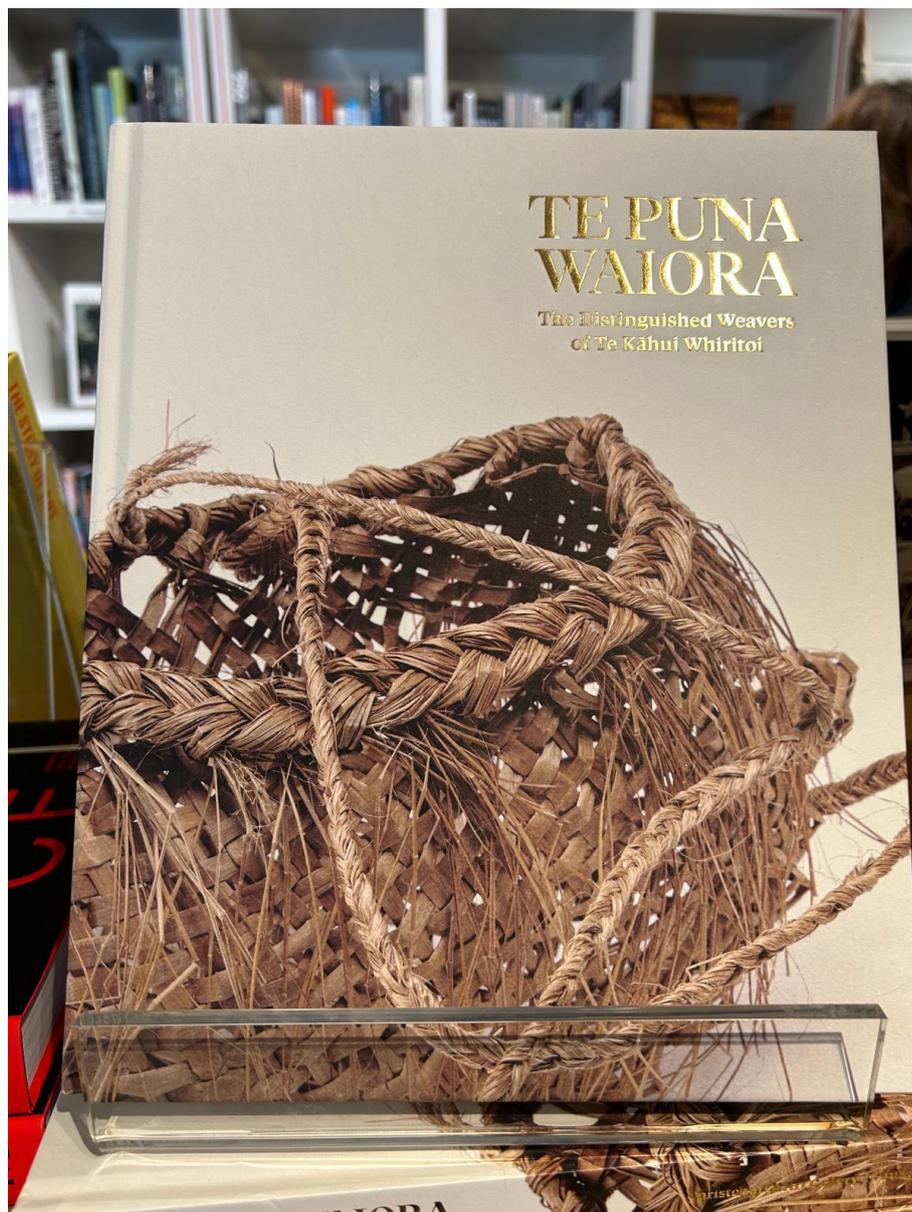
Fonte: elaboração própria.

Figura APA4 – Livro Māui and other Māori Legends, por Peter Gossage. 3 de outubro de 2016



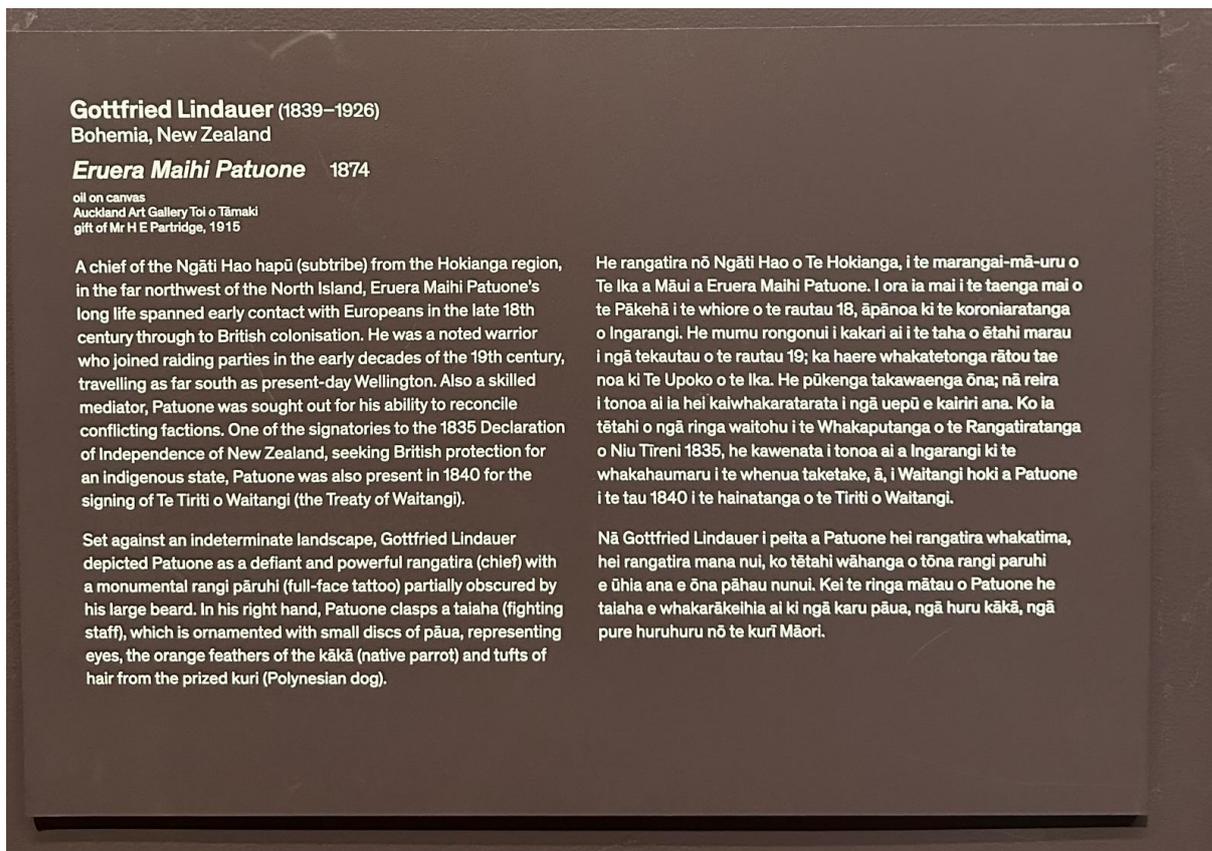
Fonte: elaboração própria.

Figura APA5 – Livro Te Puna Waiora: The Distinguished Weavers of Te Kāhui Whiritoi, por Ngāhūia Te Awekōtuku, Donna Campbell, Nathan Pōhio and Awhina Tamarapa



Fonte: elaboração própria.

Figura APA6 – Chefe Eruera Maihi Patuone da Ngāti Hao hapū, subtribo māori. Esteve presente na assinatura do Tratado de Waitangi



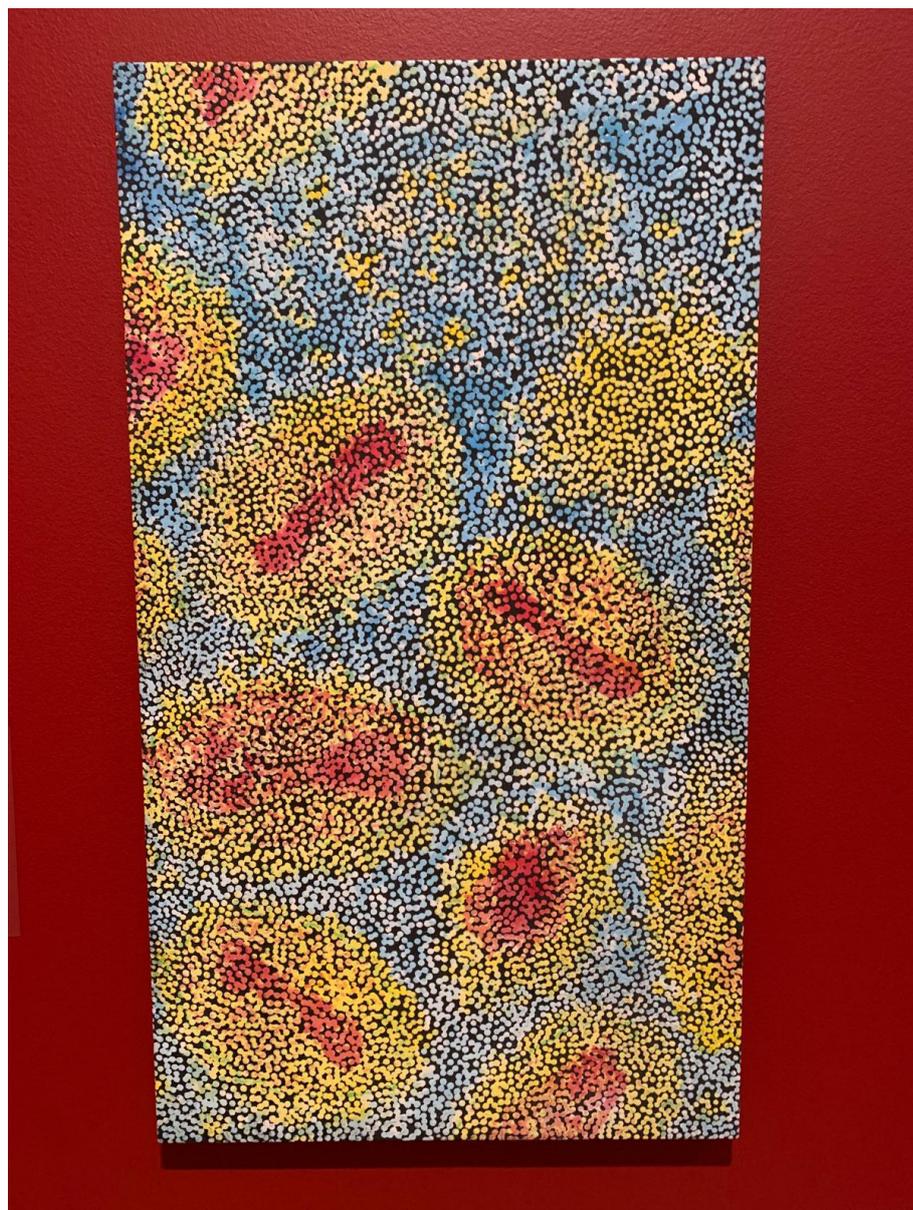
Fonte: elaboração própria.

Figura APA7 – Uso da língua m̄ori como sinalização



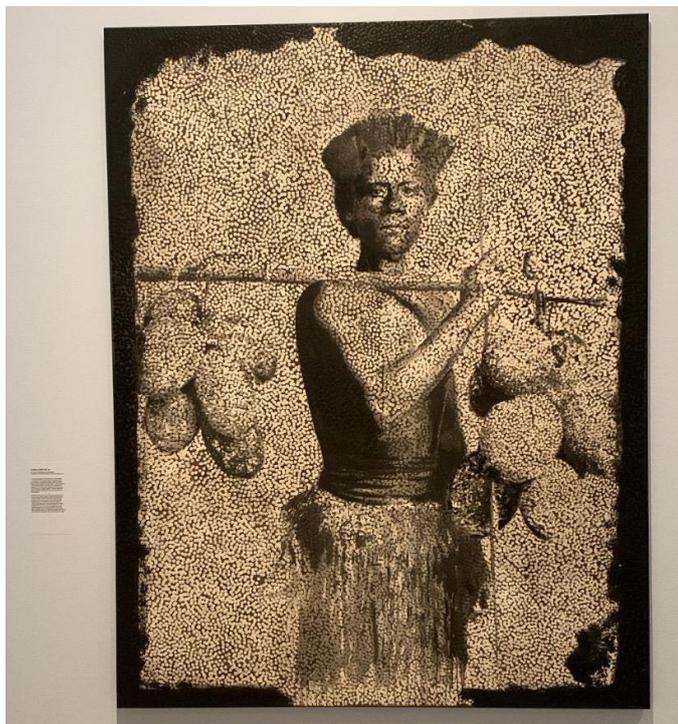
Fonte: elaboração própria.

Figura APA8 – Por Daniel Boyd, 2016. Por meio do pontilhado, traz a tona sobre a história da varíola e seu impacto nas populações aborígenes. Art Gallery of NSW



Fonte: elaboração própria.

Figura APA9 – Daniel Boyd, 2018. Referência à escravidão de povos indígenas que trabalhavam na indústria de cana-de-açúcar no extremo norte de Queensland. Art Gallery of NSW



Fonte: elaboração própria.

Figura APA10 – Por Daniel Boyd, 2017. Artista de descendência aborígene, que tem como tema principal retratar o passado colonial da Austrália. Art Gallery of NSW



Fonte: elaboração própria.

Figura APA11 – Placa de entrada para a aldeia Kai



Fonte: elaboração própria.

Figura APA12 – Indígenas da Aldeia Pequi vendendo artesanato na praia de Cumuruxatiba



Fonte: elaboração própria.

Figura APA13 – Cocar, acessório indígena



Fonte: elaboração própria.

Figura APA14 – Criança indígena vestida com a blusa do Instituto Ākihē Kahab



Fonte: elaboração própria.